
CAPÍTULO 3

A FEIRA E SUAS MANIFESTAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO NORDESTE BRASILEIRO

*Fumo de rolo, arreio de cangalha
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
Bolo de milho, broa e cocada
Eu tenho pra vender, quem quer comprar
Pé de moleque, alecrim, canela
Moleque sai daqui me deixa trabalhar
E Zé sai correndo pra feira de pássaros
E foi passo-voando pra todo lugar.*

Feira de Mangaio (1979) – Glorinha Gadelha e Sivuca

As feiras sempre tiveram grande importância na dinâmica socioespacial da região Nordeste¹ do Brasil. Em princípio, atreladas, sobretudo, ao importante papel da pecuária, destacando-se nesse sentido as feiras de gado que deram, ao mesmo tempo, origem a vilas e cidades. O papel desempenhado pela pecuária no sertão nordestino fomentou o aparecimento da feira, que foi se ampliando de modo a tornar essa modalidade de comércio muito popular no Nordeste. As feiras tiveram grande importância nos núcleos urbanos de povoamento na região, de modo que várias cidades se originaram com elas. Essa acessão é reforçada

¹ Francisco de Oliveira (1981, p. 32) assinala que o reconhecimento da “região” Nordeste passou por mutações ao longo da história econômica e social nacional. Segundo o autor, o Nordeste como região “[...] somente é reconhecível a partir de meados do século XIX, e, sobretudo, neste século. Há, pois, na história regional e nacional, vários ‘nordestes’. Reconhecia-se, no período da Colônia, ‘regiões’ dentro do que hoje é o Nordeste, com amplitudes muito mais restritas [...]”.

por Ab'Saber (2003), quando ele ressalta que várias cidades² do interior nordestino cresceram pela importância do comércio e movimentação de suas feiras, abastecidas pelas áreas de brejo. Em seguida, com a incorporação de produtos da agricultura e do artesanato e, posteriormente, com a venda de produtos da indústria, as feiras foram assumindo outras feições, sempre atreladas, porém, a dinâmica urbana e regional.

Neste capítulo, cuidamos dos aspectos relativos a essa dimensão econômica e também abordamos os aspectos culturais da feira. Fica evidente a necessidade de um aprofundamento das questões relativas à dimensão cultural que, no nosso sentir, não se restringe apenas ao econômico. Por tal pretexto, enfocamos o cultural e o vivido, mesmo não sendo este o objeto principal da tese sob relação.

3.1 A ATIVIDADE COMERCIAL E A FEIRA COMO EXPRESSÃO ECONÔMICA E CULTURAL DA REGIÃO NORDESTE

Para entender melhor o papel da feira na economia urbana brasileira e nordestina, em particular, começamos do Período Colonial, remetendo-nos a Caio Prado Júnior (1981), que caracteriza a economia brasileira nessa fase como dividida em duas atividades produtivas: a economia de exportação e a economia acessória de subsistência. A primeira, marcada pela grande lavoura, teve como produto principal o açúcar, gênero produzido e exportado em larga escala com a finalidade de abastecer o comércio europeu. Já a economia de subsistência envolvia outras espécies de organização, mas, em geral, funcionava em pequenas unidades produtivas de gêneros de consumo, cujo objetivo era fornecer meios de subsistência para a parcela da população que trabalhava nas grandes culturas exportadoras.

A ação monopolizada do plantio de cana-de-açúcar e suas condições de maior rentabilidade, relegavam aos pequenos produtores autônomos o papel de abastecimento dos núcleos de povoamento colonial. A falta de alimentos era sentida, principalmente, nos centros urbanos coloniais que, para satisfazerem suas necessidades alimentares, apelavam para os produtos de subsistência da cultura indígena, com destaque para a produção da mandioca e de seus subprodutos, em particular, a farinha. “Este gênero será a base da alimentação vegetal da colônia,

² “Cidades como Campina Grande, Feira de Santana, Mossoró, **Caruaru**, Crato, **Sobral**, Garanhuns, entre outras, possuem uma expressão regional consolidada pelo número e pela qualificação de suas funções: no campo do comércio, na movimentação de suas feiras [...]” (AB’SÁBER, 2003, p. 93, grifo nosso).

e cultivar-se-á em toda parte. Depois da mandioca vem o milho, cujo valor é acrescido pelo fato de tratar-se de excelente forragem animal. O arroz e o feijão seguem nesta lista” (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 43).

No que se refere ainda ao setor de subsistência, cabe destacar o fato de que a pecuária também integrava as atividades acessórias à grande lavoura, tendo a função de abastecimento da população. A carne bovina foi, assim, um dos “[...] gêneros fundamentais do consumo colonial. Mas a pecuária, apesar da importância relativa que atinge, e do grande papel que representa na colonização e ocupação de novos territórios, é assim mesmo uma atividade nitidamente secundária e acessória” (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 44). Vale lembrar que Caio Prado se refere ao contexto nacional, pois, para a realidade dos sertões, sobretudo, o cearense, a pecuária teve grande relevância na ocupação, economia e cultura desses espaços.

Oliveira (1981), entretanto, considera que a pecuária não teve grande expressão para a economia colonial, sendo, para ele, mais uma “[...] forma de desdobramento marginal, da atividade econômica principal [...]” (OLIVEIRA, 1981, p. 45), no caso, a cana-de-açúcar. O mencionado autor chega até mesmo a comparar a economia pecuária dos sertões às atividades extrativas, dado o caráter extensivo, de não apropriação das terras pelas fazendas de criação. O contato dessa atividade com o capital mercantil ocorria somente por intermédio da “região do açúcar”. Aí todas as forças e recursos eram dedicados a produzir a cana e fabricar o açúcar. A monocultura exclusiva da cana-de-açúcar, todavia, recriava maneiras de acumulação primitiva, mesclando “[...] a atividade de produção do açúcar e as chamadas ‘culturas de subsistência’ [...]” (p. 46). Essa economia semicamponesa, formada nas franjas da “região açucareira”, tinha o objetivo de abastecê-la de gêneros alimentícios, produzindo a própria subsistência (OLIVEIRA, 1981).

Essa subordinação às grandes lavouras de cana-de-açúcar promoveu várias contingências e restrições dessa atividade no Período Colonial, sobretudo, relativamente à sua localização. A pecuária foi impelida para o interior do País, ou seja, para os sertões³, compreendendo-se aqui as condições históricas, geográficas e fisiográficas que o termo encerra. A atividade criatória teve grande peso na

³ Moraes (2003, p. 3) realiza uma discussão conceitual sobre o sertão pela perspectiva da Ciência Geográfica. De modo sintético, ele nos explica que esse conceito é “[...] comumente concebido como um espaço para a expansão, como o objeto de um movimento expansionista que busca incorporar aquele novo espaço, assim denominado, a fluxos econômicos ou a uma órbita de poder que lhe escapa naquele momento”.

formação de feiras de gado, bem como no provimento de carne para a população dos núcleos urbanos, conforme comentaremos mais adiante.

Caio Prado Junior relata que, apesar das condições ambientais adversas, as fazendas de gado se dispersaram e se multiplicaram com rapidez, em decorrência, em parte, da facilidade com que se estabeleciam, em geral, às margens de rios (às ribeiras), mas também pela demanda de carne nos núcleos urbanos litorâneos. Os centros de irradiação das fazendas de gado ocorreram desde os Estados da Bahia e de Pernambuco, sendo que, do primeiro,

[...] elas se espalham sobretudo para o norte e noroeste em direção do rio São Francisco, que já é alcançado em seu curso médio no correr do séc. XVII. De Pernambuco, o movimento também segue uma direção norte e noroeste, indo ocupar o interior dos atuais Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Um núcleo secundário que também deu origem a um certo movimento expansionista de fazendas de gado é o Maranhão [...] (PRADO JÚNIOR, 1998, p. 45).

Apesar de grande parte dos produtos manufaturados consumidos no período colonial ser importada do mercado externo, havia também uma produção local (olaria, metalurgia, curtumes, fiação, têxtil, ourivesaria etc.) que, embora não fosse significativa, atendia às necessidades de moradores mais afastados dos centros mais populosos (PRADO JÚNIOR, 1981).

A manufatura de pano e vestuário ficava a cargo de escravos mais hábeis ou de mulheres donas de casa que, “[...] embora obscura e passando à primeira vista despercebida, tem seu papel na vida da colônia, pois completa essa autonomia dos grandes centros rurais [...] e que representa traço tão característico e importante da vida econômica e social da colônia” (PRADO JÚNIOR, 1981, p. 106).

Talvez a existência de várias peças utilitárias, dentre as quais o vestuário na feira livre, advenha, de um lado, dessa familiaridade das populações rurais com as atividades autônomas, dos ofícios, dos artesãos ambulantes que ofereciam produtos e serviços de porta em porta, conforme aponta Caio Prado Júnior. De outro lado, a tradição das costuras no Nordeste, talvez, esteja ligada à máquina de costura como utensílio doméstico destinado às mulheres – donas de casa direcionadas para as artes do saber-fazer (costurar, bordar, tecer) e, por conseguinte, tornou-se uma habilidade reaproveitada no período atual, gerando maior autonomia na produção da confecção popular, comercializada nas feiras.

Do mesmo modo, Reis Filho (1968) assinala que, no século XVIII (referindo-se ao Recife de 1703), em virtude da falta de condições para atuar nos negócios da importação e exportação, o pequeno comércio se desenvolveu na cidade, voltado para a preparação e distribuição de gêneros alimentícios. As feiras são

citadas como sendo humildes e de índios, convivendo com outras feições de comércio (quitandas, padarias, tavernas e ambulantes). O autor acrescenta que “[...] era nas feiras que se realizava o comércio regular de produtos agrícolas, mas sobretudo o do pescado” (p. 55). Reportando-se a Salvador, destaca que as antigas feiras situavam-se tanto na cidade baixa, junto à praia, quanto na cidade alta, na praça principal. Sampaio (1949) detalha melhor a localização e funcionamento dessas feiras:

‘Por facilitar o mercado consentia-se que a feira se realizasse a beira-mar, na Praia dos Pescadores, visinha da ermida da Conceição, onde abicavam as canôas vindas de toda parte’ e ‘na praça da cidade, em face da Camara e das casas do governador, e em torno do pelourinho, que de começo ahi se assentou, fazia-se ao mesmo tempo outra feira’ [...]. ‘Mais tarde mudou-se a feira para o Terreiro de Jesus, onde a Camara mandou fazer uns cobertos’ (SAMPAIO, 1949 apud REIS FILHO, 1968, p. 55).

Nas feiras de Salvador, eram vendidos produtos “da terra” entre os quais a famosa farinha de mandioca, milho, feijão, raízes comestíveis, frutas variadas, animais vivos, peixes e mariscos. (SAMPAIO, 1949 apud REIS FILHO, 1968, p. 55). Dois aspectos chamam a atenção nas observações dos autores, além do caráter urbano da feira. Primeiro, a localização à beira-mar e, segundo, a oferta de produtos como a farinha de mandioca e a tapioca feita da goma, matéria-prima proveniente desse produto, além de frutas regionais, milho, feijão, portanto, produtos da agricultura de subsistência.

Richard Graham (2013, p. 29), reportando-se também à cidade de *São Salvador da Bahia de Todos os Santos*, assinala que, em 1780, os moradores da cidade “[...] recebiam a maior parte dos alimentos, à exceção da carne, por barco.”. O autor chama atenção para a conformação de Salvador em “cidade baixa” e “cidade alta” que se dava por meio de um penhasco que “[...] servia para dividi-la socialmente, numa organização do espaço urbano que lembra outras cidades portuguesas mundo afora” (p. 31). A cidade “baixa” é, assim, descrita:

Canoas e barcos eram puxados para a praia a fim de descarregar alimentos trazidos através da baía. Um intenso comércio de escravos africanos transformava a cidade baixa num grande mercado de escravos. Armazéns do cais com molhes serviam para a exportação de açúcar, tabaco, café, algodão e couros, e para o manejo de grandes fardos e barris de mercadorias que chegavam da Europa e até da Índia, com tecidos, ferramentas, especiarias, vinho, azeite de oliva e bacalhau salgado. Fregueses encontravam fornecedores de suprimentos tanto para navios como para engenhos de açúcar, além de lojas de ferragens, relojoeiros, armarinhos, lojas de brinquedos e escritórios de seguradoras — tudo na cidade baixa. Era um lugar de azáfama e falatório (GRAHAM, 2013, p.31-32).

A cidade alta era dotada de ruas largas e nela circulavam vendedoras de rua, em geral, escravas, que buscavam “[...] fregueses por conta própria e fixavam seus preços, e geralmente até viviam com independência. Entregavam certa quantia em dinheiro para seus senhores em intervalos regulares, e ficavam com o que sobrava [...]” (GRAHAM, 2013, p. 46).

Segundo Reis Filho (1968) citando Thales de Azevedo, era muito frequente a venda de comida⁴, incluindo-se doces, nas ruas de Salvador. Em geral, esse comércio era praticado pelas escravas que vendiam “[...] meúdos, carne cozida e frutas” (p. 56), tudo isso a mando dos seus senhores que ficavam com os lucros das vendas.

As relações escravistas nas ruas de Salvador, no século XIX, conforme aponta Soares (1994), caracterizavam-se pelo sistema de ganho com o comércio ambulante de rua, realizado, principalmente, por negras escravas ou libertas. As ganhadeiras⁵, como eram denominadas, tinham que entregar aos seus donos “[...] uma quantia previamente estabelecida, a depender de um contrato informal acertado entre as partes. O que excedesse o valor combinado era apropriado pela escrava, que podia acumular para a compra de sua liberdade ou gastar no seu dia a dia” (SOARES, 1994, p. 49). A autora observa, ainda, que a maioria das negras libertas dedicava-se ao pequeno comércio e, por isso, raramente estavam ocupadas no serviço doméstico. A maior parte tinha a ocupação de *quitandeira* ou *mercandêja*, não obstante houvesse aquelas que se ocupavam como domésticas, costureiras, lavadeiras, roceiras, dentre outras. Elas comercializavam, sobretudo, produtos alimentícios como “[...] hortaliças, verduras, peixes, frutas, comida pronta, fazendas e louças. Embora não formassem um grupo homogêneo, as vendadeiras conseguiram mais facilmente integrar-se no pequeno comércio urbano [...]” (SOARES, 1994, p. 53).

A astúcia para o comércio era atribuída à experiência que muitas negras escravas já traziam de seus países de origem, haja vista o fato de que em países africanos, o pequeno comércio era uma tarefa essencialmente feminina. Foi assim que as ganhadeiras obtiveram o monopólio dos produtos alimentícios na cidade de Salvador, no século XVIII, principalmente do comércio de pescado

⁴ Para Henrique S. Carneiro (2005, p. 72), os costumes alimentares de uma civilização, de um povo, podem revelar “[...] desde a sua eficiência produtiva e reprodutiva, na obtenção, conservação e transporte dos gêneros de primeira necessidade e os de luxo, até a natureza de suas representações políticas, religiosas e estéticas.”

⁵ Para detalhes sobre a atividade das escravas de ganho, conferir o segundo capítulo da dissertação de Soares (1994) sobre o papel da mulher negra na Bahia, no século XIX.

e de frutas. Elas, além “[...] de circularem com tabuleiros, gamelas e cestas habilmente equilibradas sobre as cabeças, [...] ocupavam ruas e praças da cidade destinadas ao mercado público e feiras livres, onde vendiam de quase tudo” (SOARES, 1994, p. 56). Posteriormente, com a destinação de tabuleiros fixos na área urbana para o comércio varejista, vários pontos de venda de negras ganhadeiras se espalharam pela cidade em pontos de grande valor pela intensa movimentação comercial, a exemplo da praça do comércio.

Seja trabalhando como ambulantes seja em pontos fixos, em geral, o produto que as ganhadeiras mais vendiam nas ruas: “[...] era, sobretudo, comida, e em segundo plano tecidos e miudezas” (SOARES, 1994, p. 59). Os pontos de venda fixos, geralmente, eram formados com a montagem de esteiras ao longo dos passeios. A autora denomina as pequenas vendas e barracas de *quitandas*, e ali eram ofertados “[...] ‘peixes, carne mal assada a que dão o nome de moqueca, toucinho, baleia no tempo da pesca, hortaliças etc.’ [...]” (VILHENA, 1969, p. 93 apud SOARES, 1994, p. 59). Com relação aos tabuleiros, estes “[...] podiam ser fixos em pontos das ruas ou carregados na cabeça, eram oferecidos outros tantos produtos e utensílios [...]” (SOARES, 1994, p. 59). Quanto às *vendedeiras de comida nas ruas*, estas:

Podiam também improvisar cozinhas, onde colocavam pratos prontos e quentes, preparados à base de farinha de mandioca, feijão, carne seca, aluá, frutas, verduras, alimentos feitos com miúdos de boi, cujo processamento doméstico se baseava em técnicas da culinária indígena e africana. Não era incomum encontrar, junto às barracas de comidas, negros sentados, fazendo suas refeições em meio a muita conversa e goles de cachaça. (SOARES, 1994, p. 58).

Bacelar (2013), referindo-se ao comércio de alimentos em Salvador, no final do século XVIII, corrobora a noção de quitanda descrita por Soares, acentuando o uso das feiras livres para o comércio de comida. Esse autor aponta pelo menos três locais na cidade de Salvador onde as quitandas se instalavam. A primeira delas estava “[...] localizada na Praia; a outra, que ‘indecentemente’ estava no Terreiro de Jesus, fora transferida para uma rua chamada Nova, com poucas casas, e as que o Senado mandou edificar, por serem tão pequenas, as quitandeiras não quiseram alugar” (p. 298). A terceira quitanda localizava-se “[...] nas Portas de São Bento, onde o Senado mandou fazer outras cabanas, que, por serem ‘espaçosas, quase nunca ficam por alugar’” (p. 298). Interessante é observar com essa citação que, já no século XVIII, as feiras ou quitandas demandavam a ocupação de áreas favoráveis a uma maior circulação de pessoas e já eram submetidas à ação do poder público da época.

Quanto à apropriação desse comércio, Mott (1976, p. 87) relata que havia uma divisão étnica entre o “[...] comércio estabelecido, privilégio dos portugueses e luso-brasileiros e o comércio ambulante, manipulado por gentes de cor [...]”. Nesse sentido, o autor aponta uma série de documentos (alvarás, decretos etc.) que cerceavam ou proibiam o exercício do comércio entre negros e mulatos, embora nas cidades houvesse uma tolerância maior com o comércio ambulante realizado por negros. Mais à frente esse autor ressalta que “[...] sem as negras vendedeiras das ruas, seria praticamente inviável viver no Rio de Janeiro, Salvador e Recife, especialmente durante os séculos XVIII e XIX” (p. 100).

Debret (1835) aponta onde se encontravam esses sujeitos na cidade do Rio de Janeiro. Segundo ele, estavam nas praias, nos pontos de desembarque, nas grandes ruas e locais públicos, perto das oficinas de trabalho. Nesses espaços, podia-se encontrar “[...] *les negros de ganho* (commissionnaires publics), *les pedreiros* (maçons), *les carpenteiros* (charpentiers), *les marinheiros* (rameurs des petites embarcations), *et les quitandeiras* (négresses revendeuses de fruits et de légumes)” (DEBRET, 1835, p. 49).

Os negros escravos ou libertos comercializavam como vendedores ambulantes uma grande diversidade de produtos (cestos, carvão, capim, leite, limão, palmito, aves etc.). Dentre esses produtos, destacavam-se os alimentos preparados como o angou (angu), pandelós, atacaça, sonhos, manóé, aloá, dentre outros (DEBRET, 1835). Debret comenta, todavia, que o comércio de pandeló era bastante rentável em razão do grande consumo. Em geral, as negras vendedoras de pandeló saíam da casa de seus senhores por volta das seis horas da manhã, retornando às dez. Descansavam até às duas horas da tarde e daí iam até as seis e meia da noite (DEBRET, 1835).

Retornando o assunto para o Nordeste brasileiro, não se tem de fato uma data ou um período de criação da feira como se tem no Rio de Janeiro, pois, nesse caso, eram mais feiras urbanas. No Nordeste do País, conforme já foi comentado, as primeiras feiras estiveram atreladas inicialmente ao papel da pecuária nesta região. Cardoso e Maia (2007) reforçam tal asserção, assinalando a importância do gado e, por conseguinte, a feira no processo de ocupação territorial e fixação da população região Nordeste.

Outros autores, como Barbosa Leite, também destacam a importância da feira para a vida sertaneja. Em seu artigo intitulado *Feiras do sertão nordestino*, de 1975, ele reforça a relevância da feira não só pela concentração de várias atividades, comercialização de produtos, mas também como elemento de aproximação de lugares distantes, áreas rurais, marcadas pela precariedade dos meios de

transporte (LEITE, 1975). Podemos apreender, com amparo nesse autor, que as feiras foram fomentadoras de centralidades, não obstante as difíceis condições dos meios de circulação da época.

As cidades nordestinas, sobretudo aquelas no interior, são marcadas pelas feiras estabelecidas de longa data. Cardoso (1965) já evidenciava a centralidade exercida por Caruaru como cidade comercial e centro regional em relação a cidades menores em sua área de influência. Se antes o lugar serviu à função básica de troca dos produtos da lavoura e de criação, tanto das zonas de brejo quanto do sertão, isso pouco a pouco foi se transformando, ao ponto de, já naquele momento, contar com mercadorias vindas não somente da capital, Recife, como também de outros mercados brasileiros, bem como de indústrias locais que abasteciam as lojas comerciais e também a feira (p. 611).

Milton Santos (1956) ressalta o papel exercido pela cidade de Jequié sobre sua área de influência no interior baiano, referindo-se aos anos 1950. O autor destaca a cidade como a quinta maior da Bahia em população. Um fato que conferiu importância a Jequié foi, sem dúvida, a rodovia Rio-Bahia, que passa pela cidade. Essa vantagem, na opinião do autor, trouxe grande progresso àquela localidade, em função do fluxo promovido pela rodovia, além de equipamentos urbanos que davam novos ares à cidade que se diferenciava do contexto do sertão baiano como tradicional pouso de mascates.

A cidade de Jequié foi descrita por Santos (1956) como portadora de boa estrutura urbana, comércio próspero e movimento ativo dos transportes. Esse autor reportava-se à abrangência regional de Jequié, formada por paisagens distintas de uma “[...] zona semi-árida, onde se cria gado e se sofre de sêca e a zona úmida onde se planta cacau e chove todo o ano” (p. 71). Apesar de limitar sua análise à zona cacauzeira, o autor demonstrava o papel de capital regional exercido por Jequié naquele momento.

Roberto Lobato Corrêa, um dos geógrafos brasileiros que mais contribuiu com os estudos sobre a rede urbana e localidades centrais, define as feiras como mercados periódicos, que são

[...] aqueles núcleos de povoamento, pequenos, via de regra, que periodicamente se transformam em localidades centrais: uma ou duas vezes por semana, de cinco em cinco dias [...] Fora dos períodos de intenso movimento comercial esses núcleos voltam a ser pacatos núcleos rurais, com a maior parte da população engajada em atividades primárias (2011, p. 50).

As feiras são definidas, assim, como uma modalidade de comércio marcada pela periodicidade, ocorrendo, em geral, nos núcleos urbanos. No Nordeste do

Brasil, elas são denominadas de mercados periódicos por Corrêa (2011) que as destaca como “[...] componentes fundamentais da rede de localidades centrais, coexistindo com outros componentes de localização fixa” (p. 66). Historicamente, desempenharam papel importante na vida de relações de pequenas e médias cidades interioranas ao estabelecerem um elo entre o rural e o urbano, expressando perfis de relação entre cidade e campo.

As feiras, apesar de se caracterizarem pela comercialização de produtos agrícolas tradicionais, sobretudo a farinha de mandioca, o feijão, e também o milho, a rapadura, a carne-de-sol (salgada), que por muito tempo constituíram os principais alimentos na dieta⁶ dos nordestinos, foram pouco a pouco incorporando artigos e utensílios artesanais, alguns deles feitos no campo. Posteriormente, foi a vez dos produtos industrializados de baixo custo, a exemplo de utensílios domésticos de alumínio e plástico, como painéis, bacias, baldes, copos, xícaras, jarras etc. Em meio à dinâmica da feira, ocorriam os períodos de seca que iniciam a atividade agrícola, afetando a oferta de produtos alimentícios nas feiras e, também, nos mercados e armazéns das cidades nordestinas.

Em síntese, ao mesmo tempo em que esses mercados periódicos comercializavam artigos e utensílios feitos artesanalmente, alguns deles produzidos no campo e outros industrializados, como já citamos, torna-se difícil, como assinala Issler (1967, p. 37), “[...] distinguir até que ponto a feira depende da cidade ou a cidade depende da feira [...] para muitas cidades nordestinas é através da feira que se exerce a função comercial.”

Amora e Costa (2007, p. 361), reportando-se às cidades médias cearenses, ainda no período agrário-exportador, destacam que o afastamento de Fortaleza em relação a essas cidades favorecia “[...] o deslocamento da população do entorno para esses núcleos, *locus* de comercialização da produção regional. Nas feiras e em outros estabelecimentos, os produtos regionais eram vendidos e adquiriam-se bens produzidos em outras áreas”. Já para Sulamita Vieira (1980), a “feira típica” é resultado da relação campo/cidade, e, embora comercialize a produção do campo, o feirante necessita de outros produtos que são adquiridos na cidade.

⁶ Com o levantamento das distintas áreas alimentares do Brasil, Josué de Castro realizou um estudo nos anos de 1940, em que elaborou uma “geografia da fome”, isto é, das carências alimentares de cada região. No que se refere à região Nordeste, o autor concebeu duas áreas alimentares: a do Nordeste açucareiro, cuja dieta alimentar básica era marcada pelo consumo de charque, feijão, aipim e farinha de mandioca, e a área do sertão nordestino, cujos hábitos alimentares eram marcados pelo consumo de quatro alimentos básicos: milho, feijão, carne e rapadura (CASTRO, 2001).

No que se refere à ocupação das feiras nos espaços urbanos, convém salientar que elas têm como principal característica o comércio de rua situado, em geral, nas áreas centrais, onde barracas são instaladas para abrigar os produtos comercializados. Em muitos casos, a dinâmica da cidade e a da feira fundem-se dada a importância dessa modalidade de comércio na constituição do lugar e das práticas espaciais cotidianas. A grande concentração e o fluxo de pessoas e mercadorias transformam a fisionomia das cidades sertanejas, alterando o ritmo da vida citadina (CARDOSO, 1975). Desse modo, a feira constitui uma centralidade, reunindo a comercialização da produção regional, atraindo pessoas do campo, de núcleos urbanos menores e de pequenas localidades.

Além dos espaços ocupados pela feira na cidade, há ainda o comércio de rua realizado por vendedores ambulantes, que podem ou não estar no espaço da feira. Resende (2007), baseado na obra de Freyre, ressalta que, dentre os sujeitos apresentados pela narrativa do sociólogo pernambucano, os vendedores ambulantes e o antigo mascate são figuras que marcam historicamente a paisagem recifense. Essa é uma situação símile a outras cidades nordestinas e brasileiras em geral.

A expansão do comércio ambulante nas áreas centrais das cidades nordestinas, ensejando conflitos com a norma urbana, levou os poderes públicos à definição de espaços exclusivos para a atividade autônoma, agrupando, assim, num só lugar, grande parte desses trabalhadores que antes perambulavam pela cidade.

Desse modo, uma nova geografia é tecida pelo comércio ambulante nas cidades nordestinas com o surgimento de “camelódromos” ou, ainda, de estruturas adaptadas à venda de mercadorias diversas, não obstante a permanência ainda de grande número de vendedores ambulantes, sobretudo nas áreas centrais e turísticas das cidades nordestinas. Esses ambulantes em número cada vez mais crescente transformam as ruas das urbes em locais de trabalho.

Resende (2007) estimou em 8.000 o número de ambulantes nas ruas do centro expandido do Recife, sendo que, deste total, cerca de 6.000 eram cadastrados pela Prefeitura, que já havia realizado nos anos 1990 um projeto de revitalização e ordenamento do comércio informal do centro dessa cidade, culminando na construção do edifício denominado Calçadão dos Mascates⁷. Outro

⁷ Segundo Costa (2004), o Calçadão dos Mascates foi um equipamento inaugurado em 1994. A estrutura era composta de seis módulos/edificações construídas no canteiro central da Avenida Dantas Barreto, no bairro São José. Esse “camelódromo” tinha capacidade de receber 1.400 vendedores ambulantes.

“camelódromo” concebido e executado para abrigar o comércio ambulante foi o *Shopping Popular Santa Rita*⁸ nas imediações do Cais de Santa Rita. Esses locais, todavia, se mostraram insuficientes para equacionar a problemática do comércio de rua na Capital pernambucana, de modo que os ambulantes os abandonaram, retornando às ruas.

Outro exemplo da construção de “camelódromos” foi a ação de ordenamento do comércio ambulante na área central de Fortaleza, ocorrida nos anos de 1990, com a construção do Centro de Comerciantes Ambulantes⁹ que, posteriormente, recebeu o nome de Centro de Pequenos Negócios do Vendedor Ambulante, mas que ficou conhecido popularmente como “Beco da Poeira”. Mencionado centro está localizado na área central de Fortaleza, nas imediações de equipamentos importantes, como o Teatro José Alencar. O Beco da Poeira no centro de Fortaleza reafirma, de certo modo, o que Silva (1992) já expunha sobre a conversão do centro tradicional em centro da periferia, salientando, ainda, que as praças do centro, antes destinadas ao lazer da burguesia, transformaram-se “[...] em terminais de transporte coletivo (Praças José de Alencar, Castro Carreira, Lagoinha, Coração de Jesus) ou em mercados informais onde domina o comércio ambulante (Praças do Ferreira, Parque da Criança e General Tibúrcio)” (SILVA, 1992, p. 46).

Em meados dos anos 1990 e ao longo dos anos 2000, o comércio de confecção popular, antes restrito ao Beco da Poeira, se espalhou pelas várias praças do Centro de Fortaleza com um universo cada vez maior de trabalhadores ambulantes. No contexto dessa expansão, destacou-se a aglomeração de pequenos fabricantes de confecção e vendedores ambulantes na Praça Dom Pedro II, em frente a Catedral Metropolitana de Fortaleza. O crescimento do número de vendedores ambulantes de confecção na Praça da Sé e imediações chamou a atenção de vários pesquisadores¹⁰ no sentido de compreender a dinâmica socioespacial e formação/produção dos territórios naquela área.

Retomando o tema da feira, propriamente dita, Cardoso e Maia (2007, p. 526) reafirmam que “[...] ainda é bastante comum às cidades do interior do Nordeste

⁸ Matéria do *Jornal do Comércio*, de 04/04/2013, mostrava o estado de abandono e degradação do *Shopping Popular Santa Rita* que aguardava por ações de revitalização da área. A circunstância de degradação e insegurança era apontada como motivos para o afastamento dos clientes que optavam por fazerem suas compras no Mercado São José.

⁹ Para mais esclarecimentos, ver Dantas (2014), em seu trabalho sobre a ação do Estado no disciplinamento da ocupação do espaço público de Fortaleza nos anos de 1970 e 1990.

¹⁰ Conferir os trabalhos de Gonçalves (2009, 2014), Mendonça; Gonçalves (2011), Santos; Silva; Silva (2011), Silva (2013), Santos (2014); Sousa (2015), Mendonça (2015).

terem a sua feira semanal ocorrendo aos sábados, domingos ou segundas-feiras, para onde convergem grande número de população rural de localidades menores [...]”. Marcel Bursztyn (2008) ao relatar seu reencontro com o sertão nordestino, em 2008, assim se expressa: “Nem tudo de novo é positivo e nem tudo o que permanece deve ser considerado como atraso ou obstáculo” (p. 21). O que há de novo e o que há de velho na feira? A feira nordestina, como se exprime hoje, é diferente das feiras do passado?

Para Santos (2008a, p. 202), o sítio é “[...] responsável por inúmeras circunstâncias da vida e da evolução urbanas, bem como da paisagem propriamente dita. Depende da história, uma vez que sua escolha se prende, geralmente, à função inicial, isto é, à atividade que fez nascer o organismo urbano.”. Pensar a feira nordestina contemporânea, sobretudo, o fenômeno de expansão das feiras de confecção no Nordeste, nos conduz a uma reflexão necessária sobre a formação dos lugares onde essas se desenvolveram, ou seja, das atividades que as fizeram surgir em dados lugares.

Santos (2008b) assinala, ainda, que as “[...] especializações do território, do ponto de vista da produção material, assim criadas, são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha, na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe” (p. 44). Entendemos que as dinâmicas contemporâneas, porém, chegam a esses lugares com uma força verticalizada e se impõem sobre as práticas ditas tradicionais. Essa força vertical vai adaptando as práticas cotidianas, amolecendo os costumes mais enrijecidos.

É nesse sentido que intentamos evidenciar, neste capítulo, a formação das feiras nordestinas no passado e presente para, ao longo do trabalho, revelar as metamorfoses da feira nordestina no período atual. A feira livre, muitas vezes, é vista como algo atrasado, ambiente de desorganização. No caso da feira de Caruaru, esta foi retirada das ruas do Centro para uma área denominada Parque 18 de Maio, do outro lado do rio Ipojuca. Para Miranda (2009, p. 75), “[...] a falta de espaço para expansão, os engarrafamentos e a falta de infraestrutura levaram à discussão de como se daria a melhor maneira de requalificar a feira livre e trazer de volta aqueles que desistiram de comprar nesses locais”. A cidade cresceu e se expandiu, passando em muito a margem do rio, de modo que o poder público local e setores da sociedade caruaruense discutem, no período atual, a retirada de parte da feira que comercializa produtos da confecção conforme trataremos em outra seção desse trabalho.

No caso de Feira de Santana, a feira central também foi retirada do Centro nos anos de 1970. Já com relação à cidade de Sobral, a feira mais recente, de

comércio de confecção, foi deslocada para o Distrito de Aprazível. De maneira geral, a feira parece, assim, um obstáculo a ser suprimido da paisagem urbana da cidade.

Tendo em vista apreender a feira contemporânea, procedemos a um exercício metodológico de aproximação com o objeto de pesquisa, retomando o histórico de constituição das principais feiras nordestinas. Assim, nos debruçamos na apreciação das feiras consideradas de maior representatividade econômica e cultural, buscando analisar sua origem e o papel que tiveram e ainda têm na dinâmica regional. Para isso, optamos por analisar as feiras de Caruaru/PE, de Campina Grande/PB, do Crato/CE, de Feira de Santana/BA e a antiga feira de Água de Meninos, também conhecida como feira de São Joaquim, situada na cidade de Salvador/BA.

3.2 RESGATE DAS PRINCIPAIS FEIRAS NORDESTINAS: ORIGENS E DINÂMICA REGIONAL

Conforme já comentado, as feiras tiveram grande importância na economia, sociedade e cultura do Nordeste do Brasil desde o seu passado colonial, inicialmente com as feiras de gado e posteriormente com a incorporação de produtos da agricultura, do artesanato e, mais recentemente, da indústria. Elas contribuíram, como já assinalado, para a formação de vários núcleos de povoamento que se tornaram importantes centros urbanos. Marcantes na paisagem das cidades nordestinas, as feiras fazem parte também da nossa formação cultural, sendo motivação não somente para pesquisas do gênero da que estamos realizando, mas também para a música, as artes plásticas e para o cinema. Isso porque, muito mais do que um evento econômico, expressa o modo de viver do povo nordestino. Apesar de o trabalho estar inserido na Ciência Geográfica, portanto, no campo das Ciências Humanas e Sociais, entendemos que esses saberes dialogam e, por isso, os incorporamos como maneira de enriquecimento e ampliação do conhecimento sobre esse fenômeno.

As feiras nordestinas características das cidades do sertão e do agreste muito contribuíram para a formação de centralidades importantes. Podemos citar as feiras de Caruaru, em Pernambuco, do Crato, no Ceará, de Campina Grande, na Paraíba, de Feira de Santana, no sertão baiano, além da feira de Água de Meninos (São Joaquim), na capital, Salvador/BA. Embora ciente da necessidade de comentários mais aprofundados e da ampliação do conjunto de feiras que não foram aqui estudadas, procedemos a uma breve caracterização daquelas que

consideramos as mais significativas na região Nordeste, destacando-se, dentre outros aspectos, a situação geográfica, história e dinâmica regional.

3.2.1 A Feira de Caruaru: cidade-boca do sertão pernambucano

Embora a feira de Caruaru componha nosso objeto empírico de análise e seja dada a ela tratamento específico ao longo do trabalho, sentimos a necessidade de abordá-la neste item, que se reporta às feiras nordestinas mais significativas, privilegiando aspectos que a caracterizaram historicamente como uma das mais simbólicas do Nordeste. Segundo descreve a certidão que registra a Feira como bem cultural no livro de registro dos lugares do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN:

A Feira de Caruaru surgiu numa fazenda, situada num dos caminhos do gado entre o sertão e a zona canavieira, onde pousavam vaqueiros, tropeiros e mascates. No final do século XVIII, ali se construiu a capela de N^a Sr.^a da Conceição, ampliando a convergência social e fortalecendo as relações de trocas comerciais em torno do lugar. Assim, a feira cresceu juntamente com a cidade e foi um dos principais motores do seu desenvolvimento social e econômico. A Feira de Caruaru é um lugar de memória e de continuidade de saberes, fazeres, produtos e expressões artísticas tradicionais que continuam vivos no comércio de gado e dos produtos de couro, nos brinquedos reciclados, nas figuras de barro inventadas por Mestre Vitalino, nas redes de tear, nos utensílios de flandres, no cordel, nas gomas e farinhas de mandioca, nas ervas e raízes medicinais. Sem sua dinâmica e o mercado que a Feira proporciona, esses saberes e fazeres já teriam desaparecido. [...]. A Feira de Caruaru são muitas feiras, que podem se transformar ou desaparecer em função das transformações da própria sociedade e da própria cultura. É um lugar de referência viva da história e da cultura do agreste pernambucano, e, de modo mais geral, da cultura nordestina e por isto constitui o Patrimônio Cultural do Brasil (BRASIL, 2007).

Situada na cidade pernambucana de Caruaru, a feira é expressão das atividades regionais, rurais e urbanas, convergindo para si grande variedade de mercadorias e pessoas oriundas de localidades próximas e distantes. Cardoso (1975), referindo-se a essa feira nos anos 1970, destaca o grande fluxo de mercadorias que para ali convergia, de modo a transformar a fisionomia urbana. Era grande a quantidade de pessoas, mercadorias e veículos provocando várias repercussões no cotidiano e ritmo da cidade, podendo-se visualizar a imensidão da feira com a existência de pessoas e barracas marcando a paisagem urbana.

O Município de Caruaru situa-se na Mesorregião do Agreste de Pernambuco, na Microrregião do Vale do Rio Ipojuca, considerada zona de transição entre a Mata úmida e o Sertão semiárido. A situação geográfica de Caruaru lhe conferiu o título de cidade-boca do sertão. Esse município conta com uma população estimada de 351.686 habitantes (IBGE, 2016) e a cidade dista 136

quilômetros do Recife, capital do Estado, tendo como acesso principal a Rodovia BR-232, cuja duração da viagem entre as duas cidades é de duas horas.

A feira surgiu antes da cidade de Caruaru, pois o local onde se situou essa urbe era um caminho de transporte de gado do sertão para o litoral. Com o passar do tempo, a localidade, que era uma fazenda, começou a servir de entreposto para viajantes (tangerinos, tropeiros, mascates etc.), desenvolvendo-se aí um comércio de gêneros que deu início à feira (IPHAN, 2006).

Ao longo dos anos, a feira de Caruaru foi crescendo ao ponto de ser conhecida em todo o Nordeste, criando fama e servindo de inspiração para a música popular e a literatura de cordel, que chamavam a atenção para a diversidade dos produtos ali vendidos. A feira constituiu espaço de manifestação da arte popular, haja vista que nela ocorriam apresentações de violeiros, cantadores e cordelistas que, ao mesmo tempo, a utilizava como fonte de inspiração. Nos anos de 1950, a feira ficou famosa com a composição “A Feira de Caruaru”, letra e música de Onildo Almeida e interpretada por Luiz Gonzaga, que ficou conhecido em todo o Brasil como o “Rei do Baião”. A música fez grande sucesso na época e ainda hoje é cantada por velhas e novas gerações, quando se fala da feira. A letra da música remete à riqueza e à dinâmica da feira, expressas em estrofes como: “A feira de Caruaru/ Faz gosto a gente ver/ De tudo que há no mundo/ Nela tem prá vender”, reforçando o que afirmávamos antes sobre a riqueza cultural da feira.

A letra da música “Feira de Caruaru” destacava essa grande variedade de produtos regionais como constatamos na continuidade da letra a seguir: “[...] Na Feira de Caruaru/ Tem massa de mandioca/ Batata assada/ Tem ovo cru/ Banana, laranja e manga/ Batata doce, queijo e caju/ Cenoura, jabuticaba, Guiné, galinha, Pato e peru/ Tem bode, carneiro e porco, se duvidar inté cururu”. A expressão da venda de frutas e legumes descrita por Onildo Oliveira revela uma feira de abastecimento de gêneros alimentícios que eram provenientes, sobretudo, do campo e comercializava, ainda, outros produtos: “[...] Tem cesto, balaio, corda/ Tamanco, greia, tem boi tatu/ Tem fumo, tem tabaqueiro/ Tem tudo e chifre/ De boi zebu/ Caneco, arcoviteiro/ Peneira boa/ Mel de urucu/ Tem carça de arvorada/ Qué pra matuto/ Não andar nu [...]”. Cabe destacar que o vestuário aparece na descrição de Onildo Oliveira, todavia direcionado para à população rural, que naquela época era formada por agricultores, no entanto, demonstrava a relação cidade-campo, na qual a feira assumia o papel de abastecedora dos grupos sociais residentes nas cidades. Já a roupa vendida na feira era destinada à população do campo, ou seja, os matutos. O burburinho de pessoas e da quantidade de produtos expostos, indica uma feira cujas práticas eram mais espontâneas sem a necessidade de ordenamento ou demarcação de espaços, à maneira que vemos atualmente.

A arte popular nordestina passou também a figurar na feira por meio da comercialização de objetos de cerâmica figurativa. A feira de Caruaru ficou também famosa pela venda de obras de artesãos como Vitalino Pereira dos Santos, conhecido como Mestre Vitalino. A produção e a comercialização desses produtos na feira foram registradas pelo fotógrafo Pierre Verger nos anos de 1940. As peças de cerâmica figurativa¹¹ de Mestre Vitalino, a nosso ver, representam o universo do campo marcado pela figura do boi, cenas da vida sertaneja, manifestações artísticas e do folclore regional. Atualmente, as obras de Vitalino e de outros mestres-artesãos podem ser vistas em espaços museológicos, conforme ilustra na figura 1.

Figura 1 – Cerâmica figurativa do boi feita pelo Mestre Vitalino e exposta no Museu do Barro, Caruaru/PE.



Créditos: Mestre Vitalino, s/d. Museu do Barro – Caruaru/PE.

Fonte: Foto do autor, 2015.

Enquanto Mestre Vitalino expressava em suas obras a vida sertaneja (a pega do boi, um homem tirando o leite da vaca), os fatos da seca (os retirantes) e também manifestações artísticas (os violeiros), e os ofícios e profissões a exemplo do dentista e o veterinário, outros artistas populares da região

¹¹ A cerâmica figurativa que Mestre Vitalino comercializava na feira pode ser admirada em catálogos de exposições temporárias ou no acervo de museus de arte popular brasileira, a exemplo da figura do boi, já comentada, que era uma marca própria de Vitalino. Hoje está exposta no Museu do Barro em Caruaru/PE ao lado de obras de outros artistas populares, a exemplo de Mestre Galdino, cujas obras retratam santos e seres imaginados na cabeça desse artista. Para detalhamento conferir: **Arte do barro e o olhar da arte: Vitalino e Verger**. [exposição]. 5 jun. a 30 ago. 2009. Instituto Cultural Banco Real.

retrataram mulheres trabalhando no ofício da costura (Figuras 2 e 3). Essas manifestações culturais nos levam a considerar a relação já estabelecida no passado entre o vestuário e a feira, embora estejamos estudando esse fenômeno na contemporaneidade.

Quanto à localização da feira, vale destacar que, a princípio, ela se desenvolveu no centro da cidade, na rua 15 de Novembro, em frente à capela Nossa Senhora da Conceição. Com o passar do tempo, ela foi crescendo, tomando as ruas intermediárias e impedindo o movimento de pessoas e carros nessa área onde se desenvolveu o comércio da cidade.

O crescimento da feira provocou uma série de conflitos com a norma urbana, pois houve um grande aumento do número de bancas, de feirantes, alterando, consubstancialmente, o espaço da feira e, conseqüentemente, ensejando problemas de ordenamento. Foi quando a feira foi deslocada¹² do centro para outra área da cidade, o “Parque 18 de maio”, não muito distante dali, do outro lado do rio Ipojuca.

Em razão da grande quantidade de barracas e de mercadorias comercializadas, a feira foi subdividida em outras feiras setoriais, ou seja, a feira livre (de frutas e verduras, raízes, ervas medicinais, flores, plantas ornamentais etc.), a feira dos importados (denominada de feira do Paraguai), a feira do artesanato e a feira da Sulanca, todas essas funcionando no Parque 18 de Maio, porém algumas em dias diferenciados (IPHAN, 2006).

Figura 2 - A costureira na cerâmica figurativa exposta no Museu do Barro, Caruaru/PE.



Fonte: Foto do autor, 2015.

¹² A última feira realizada no centro da cidade foi no dia 16 de maio de 1992. “Às seis horas do dia 17 de maio, os feirantes caminharam com seus produtos de trabalho com destino ao Parque 18 de Maio [...]” (IPHAN, 2006, p. 38).

Figura 3 – A costureira na cerâmica figurativa da artesã Terezinha Gonzaga, no Alto do Moura, em Caruaru/PE.



Fonte: Foto do autor, 2015.

Nosso destaque é para a feira da Sulanca que surgiu em 1984, ainda no centro da cidade, e é considerada a maior feira livre de confecção do País, em razão do importante comércio da confecção e também pela quantidade de mão de obra ocupada. Conforme dados da Prefeitura Municipal de Caruaru – PMC, referentes a 2011, a feira tinha 12 mil barracas dedicadas à venda de confecção, onde também eram comercializados calçados e acessórios. O mesmo documento indicava uma movimentação financeira de R\$ 40 milhões/mês, ocupando cerca de 76 mil pessoas. Da confecção vendida, cerca de 21,6% eram produzidos em Caruaru/PE, 43,3% em Toritama/PE, 16,5%, em Santa Cruz do Capibaribe/PE e os 18,6% restantes eram produzidos em outros municípios vizinhos (PMC, 2011).

Cabe salientar que, em meio aos trabalhos de campo realizados na feira de Caruaru, vários relatos de feirantes destacavam a queda das vendas, em decorrência da crise econômica, bem como dos anos seguidos de estiagem hídrica na região. Pudemos verificar, também, na área do terreno da antiga FUNDAC, situado na rua Ruy Limeira Rosal, onde ocorre parte da feira, que houve uma redução do número de barracas de feirantes.

Desse modo, a feira da Sulanca somou-se à feira tradicional de Caruaru que, segundo Gomes (2002), tinha 160 anos. A citada autora acrescenta que o termo Sulanca surgiu da aglutinação das palavras Sul e Helanca, em referência aos retalhos desse tipo de tecido que eram trazidos do Sul e Sudeste do Brasil, em específico, de fábricas paulistas, para servirem como matéria-prima para as confecções de fundo de quintal. A Sulanca teria também o sentido de uma “[...] confecção de menor qualidade, voltada para a população de baixa renda.”

(GOMES, 2002, p. 142). A oferta de retalhos de tecidos, provenientes das fábricas do Sul e Sudeste, deram início à produção de confecção. Parte desses retalhos servia como matéria-prima na fabricação de tapetes e colchas que eram vendidos na feira. Então, surgiram outros tipos de confecção conforme trataremos no capítulo quatro.

Dada a importância da feira para a economia e cultura regionais, esta passou por um processo de reconhecimento, de modo que em 20 de dezembro de 2006 foi conferido à feira de Caruaru o título de Patrimônio Cultural do Brasil, conforme consta na certidão expedida pelo IPHAN, em 8 de fevereiro de 2007.

3.2.2 A feira de Campina Grande, cidade-mercado da Borborema

Assim como Caruaru, a cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, tem uma feira considerada dentre as mais afamadas do Nordeste brasileiro. A cidade de Campina Grande está situada no planalto da Borborema e está distante 121 quilômetros da Capital do Estado, João Pessoa. Em 2010, possuía uma população de 385.213 habitantes, sendo que a população estimada em 2016 foi de 407.754 habitantes, portanto um acréscimo populacional de 5% nesse intervalo de tempo (IBGE, 2010a; 2016).

Elpídio de Almeida (1957), reportando-se à história de Campina Grande, destaca, além da situação topográfica privilegiada, a importância dessa feira. A localização da feira em Campina Grande representava a demonstração do poder político local, de modo que ocorrendo “[...] a mudança de gabinete, sem demora se procurava em Campina Grande transferir o local da feira. O lugar da sua realização constituía assim um indicador público do domínio partidário” (ALMEIDA, 1957, p. 269). O revezamento entre Partido Liberal e Conservador, do final da Monarquia ao início da República, fez com que o local de realização da feira mudasse por várias vezes da praça municipal, em frente ao velho mercado de Baltazar Luna (Liberal), para a praça da independência em frente ao mercado novo de Alexandrino Cavalcante (Conservador).

Outro fato histórico associado à feira de Campina Grande, ainda no Império, foi a Revolta do Quebra-Quilos. Ocorrido em 14 de novembro de 1874, o movimento popular contestava a aplicação da Lei nº 1.157, de 26 de junho de 1862, que substituiu o Sistema de Pesos e Medidas usados no Império pelo Sistema Métrico Francês, em específico, as medidas lineares, de superfície, capacidade e peso. Conforme exprimia o artigo 2º, § 1º: “O systema metrico substituirá gradualmente o actual systema de pesos e medidas em todo o Imperio, de modo que em dez anos cesse inteiramente o uso legal dos antigos pesos e medidas” (BRASIL,

1862). Mencionada lei estabeleceu também que as escolas de instrução primária realizassem o ensino do novo sistema métrico nas lições de Aritmética, em comparativo com o sistema de pesos e medidas vigentes naquele momento. Por fim, a referida lei estabelecia pena de prisão de até um mês e multa de 100\$000 réis para aqueles que a infringissem.

Essa lei repercutiu, evidentemente, estendendo-se à dinâmica da feira de Campina Grande em virtude dos pesos e medidas que passaram a ser adotados para a compra e venda dos produtos e gêneros na feira. Ainda segundo Joffily (1977)¹³, os matutos¹³, como eram chamados os trabalhadores do campo, estavam mais acostumados a “[...] lidar com cuias, covados e arrobas, em vez de litros, metros e quilos. A exigência de novos pesos e medidas foi o fator desencadeante da revolta tomando por isso o nome de Quebra-Quilo” (p. 379).

O geógrafo Pierre Monbeig caracteriza a cidade de Campina Grande, no final dos anos 1940, como uma típica *cidade-mercado*. Situada na zona do “brejo”, na chapada da Borborema, era para o mercado dessa cidade que o sertanejo levava a mandioca, o algodão, carnes e cordas para serem comercializadas. O homem do brejo, como também eram denominados os pequenos agricultores, também para lá se dirigiam com intuito de vender o milho, as frutas, a cana, a aguardente, madeira e até móveis (MONBEIG, 1948).

O mesmo autor observou que a existência de estradas e a chegada da via férrea, em 1907, trouxeram novas indústrias de fiação do algodão, fazendo dessa cidade não somente “[...] um mercado local, mas um centro regional em contacto direto com a capital do Nordeste, Recife” (MONBEIG, 1948, p. 470). A cidade de Campina Grande, a exemplo de outros núcleos urbanos do interior do Nordeste, foi um importante centro coletor e distribuidor da produção algodoeira do sertão paraibano no início de século XX¹⁴. Boris Fausto (1995) observa que o algodão era uma cultura que já vinha desde o período colonial no Norte e, posteriormente, Nordeste do país, estava concentrado nos Estados do Maranhão, Pernambuco,

¹³ Ainda segundo Joffily (1976, p. 79), cada povoação ou vila “[...] tinha o seu dia de feira, de modo a não prejudicar as feiras das localidades vizinhas. Os matutos saíam dos seus roçados à noite, levando suas cargas de gêneros os mais diversos, desde o milho e o feijão até as gaiolas de passarinho e carnes de caça salgadas; de madrugada já estavam no pátio das feiras, desamarrando as cangalhas, enquanto os meninos dormiam sobre os sacos e as mulheres iam rezar nas igrejas ou capelas, surgindo as conversas e espalhando-se as notícias, divulgadas pelos mercadores de farinha ou de rapadura, que dispunham de tropas de animais organizadas para correr várias feiras”.

¹⁴ O Estado da Paraíba chegou a ser o maior exportador de algodão da América nos anos de 1920, perdendo esse posto no início dos anos de 1930.

Alagoas e Paraíba. De acordo com o autor, o cultivo do algodão ocorria por meio da produção de “[...] pequenos e médios lavradores em combinação com culturas de alimentos para a própria subsistência e para venda nos mercados locais” (p. 238-239).

O algodão chegava à cidade de Campina Grande em tropas de animais de carga, havendo empresas que se encarregavam de comprar o algodão produzido, a exemplo do armazém da firma Demósthene Barbosa & Cia, enquanto outras empresas faziam a prensagem e enfardamento do algodão para exportação.

Nos anos de 1920, a cidade de Campina Grande era o segundo maior exportador de algodão do Mundo. A cidade recebia a produção de algodão de região, de modo que os fardos de algodão eram guardados em armazéns que estavam concentrados na antiga rua do algodão. Em virtude, porém, da grande quantidade da matéria-prima, o número de armazéns se tornava insuficiente, fazendo com que os fardos fossem empilhados no meio da antiga praça do algodão aguardando ali para seguir de trem até Recife e João Pessoa de onde era exportado para a Inglaterra (ANÚARIO, 1982).

O Almanaque de Campina Grande, publicado unicamente nos anos de 1932¹⁵ e 1933, registrava a existência de três fábricas¹⁶ de tecido e fiação em Campina Grande. Segundo as informações que constam na exposição permanente do Museu Histórico e Geográfico de Campina Grande, a primeira fábrica a se instalar na cidade foi a Fábrica de Tecelagem e Fiação Marques de Almeida. Inaugurada em 1925, fabricava fios de juta que eram exportados para a Inglaterra e também tecia a tela para o enfardamento do algodão. Outra fábrica que surgiu nesse período foi a S. A. Indústria Têxtil de Campina Grande, instalada no bairro Bodocongó, ao oeste do centro da cidade de Campina Grande.

Além dos armazéns de algodão, a cidade já contava, naquele momento, com 16 comércios de fazendas a retalho, 12 alfaiatarias, três *ateliers* e duas agências de comércio de máquinas de costura (VILLAR, 1932). A existência desses estabelecimentos de comércio sugere que o modo de vestir-se, naquele tempo, passava pela regra social de encomendar a feitura de trajés personalizados, a exemplo do trabalho das alfaiatarias ou, ainda, com a aquisição de peças de

¹⁵ A primeira edição do já citado Almanaque registrava a ocorrência de 14 armazéns de compra de algodão e de outros dez estabelecimentos de armazenamento dessa matéria-prima (VILLAR, 1932).

¹⁶ Constavam nos registros do Almanaque de Campina Grande para o ano de 1934 três fábricas de tecelagem e fiação: S. A. Indústria de Campina Grande, Marques de Almeida e Cia. e Ulysses Silva e Cia. (VILLAR, 1933).

fazenda importadas em lojas especializadas do ramo para encomendar roupas em *ateliers* de costura. Quanto aos mais despossuídos, cabia a habilidade das costuras caseiras para vestir a família, de modo que aquelas mais pobres faziam suas roupas de tecidos mais grosseiros ou de menor qualidade, a exemplo dos tecidos de chita popularmente conhecido no comércio de feira pelas cores fortes e motivos florais.

Com a valiosa contribuição do Prof. Antônio Albuquerque Costa, podemos compreender melhor as origens e dinâmica socioespacial da cidade e da feira de Campina Grande. Segundo ele, a feira teve várias localizações desde sua origem, ocorrendo, até os anos de 1940, nas ruas do centro da cidade, especificamente, nas ruas Maciel Pinheiro e Venâncio Neiva, na confluência com a rua Cardoso Vieira.

Com o projeto de modernização da cidade, a feira foi retirada, em 1941, para uma área que naquele momento constituía os arrebaldes, onde se construiu também um mercado. Ali, a feira se expandiu ganhando importância na vida econômica e social de Campina Grande (COSTA, 2003). Nos anos de 1950 e 1960, era grande o número de barracas que se aglomerava no entorno do mercado central, estendendo-se por várias ruas próximas, tendo a carne e farinha como os principais produtos comercializados.

A feira ocorria nas quartas e sábados, isso até os anos de 1970. Nos dias atuais, ela funciona todos os dias, nas ruas no entorno do mercado, sendo que em razão do grande movimento da feira aos sábados registra-se também maior número de barracas montadas. Algumas barracas de madeira, entretanto, permanecem montadas nas ruas, comercializando produtos nos demais dias da semana.

A feira central, como é conhecida por todos na cidade, compreende uma área que ocupa cerca de oito ruas no entorno do Grande Mercado que está no centro da feira. Apesar do grande número de bancas de madeira disposto nas ruas, há, ainda, boa quantidade de estabelecimentos comerciais varejistas e armazéns de comércio atacadista que funcionam naquele entorno. Conforme podemos verificar, existe certa especialização das ruas da feira em relação aos produtos comercializados, muito embora possamos encontrar uma diversidade de produtos em todas as ruas percorridas e, ainda, existem outras feiras distribuídas pelos bairros, a exemplo da feira da Prata que também reúne grande número de feirantes e compradores aos domingos.

Na feira atual, predomina o comércio de hortifrutigranjeiros, sendo dividida por tipologias de mercadorias. Além desses produtos, são comercializados também flores, cerâmicas e peixes de maneira setORIZADA, chegando até a parte interna do mercado onde ficam concentrados os boxes de carnes e miúdos. Assim, as

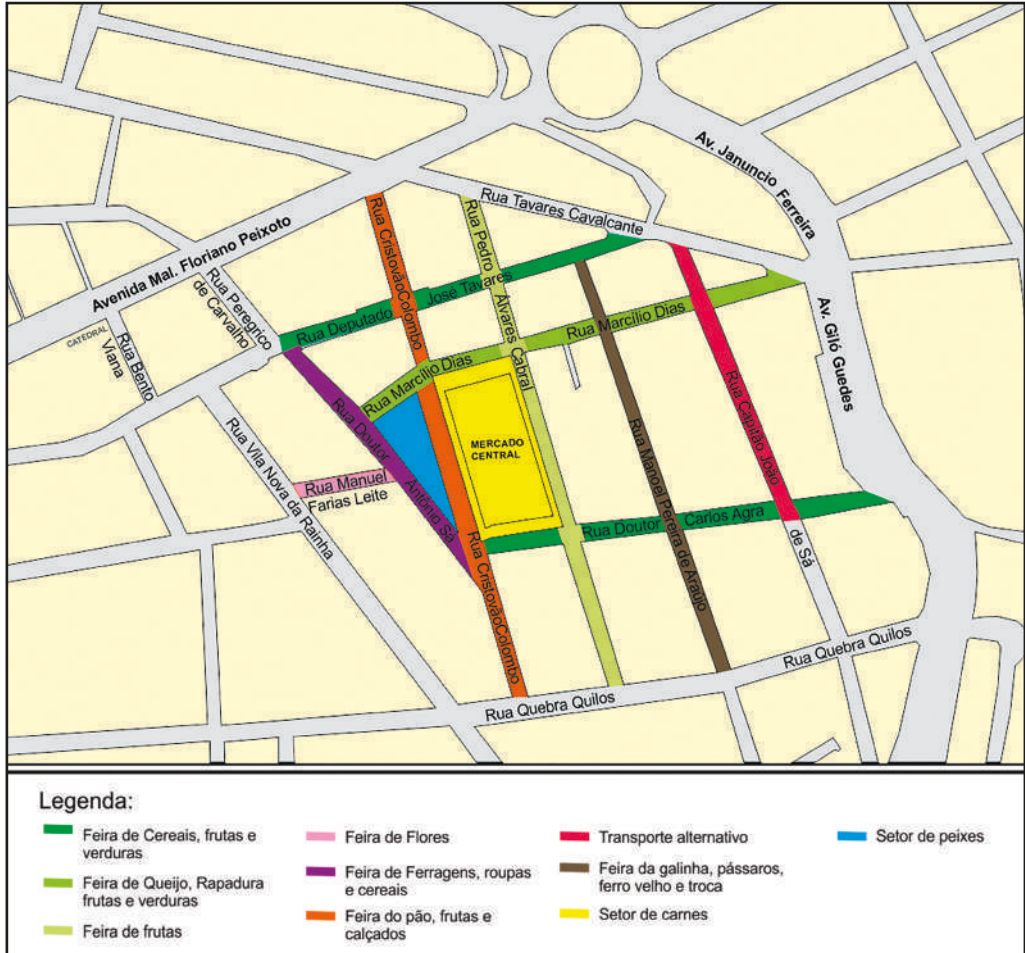
barracas de cereais, frutas e verduras podem ser encontradas, em sua maioria, nas ruas Deputado José Tavares, rua Doutor Carlos Agra e rua Marcílio Dias; as barracas de queijo e rapadura se concentram na rua Pedro Alvares Cabral; as de flores e arranjos florais são encontradas em toda a extensão da rua Manuel Farias Leite, findando na histórica rua Vila Nova da Rainha; o setor de ferragens, roupas e calçados está na rua Doutor Antônio Sá (Figura 4).

Conforme Costa (2003, p. 103) demarca, a feira de Campina Grande “[...] acompanhou toda a história da cidade, adaptando-se ao advento dos diversos meios que se sucederam. Conservando elementos dos meios pretéritos, ao mesmo tempo em que absorvia as modernidades dos meios emergentes”. A cidade passou por um processo de requalificação das ruas do centro, de modo a retirar o comércio ambulante e, com essa intervenção urbana, foram criados dois centros destinados a abrigar o comércio ambulante, denominados Áreas de Comércio Ambulante – ARCAS. Desse modo, foram criadas a ARCA Titão e ARCA Catedral, ambas situadas na avenida Marechal Floriano Peixoto, porém em pontos distintos dessa via.

Características marcantes da feira central contemporânea são a ocupação e a fixação dos boxes no meio da rua, indo contra o seu caráter temporário e periódico da feira tradicional. Encontraram-se bancas com piso sobre a via pública e com porta de correr. Embora o comércio da confecção tenha maior concentração na rua Doutor Antônio Sá, outras barracas surgem ao longo das ruas de modo mais improvisado, em meio a outras de frutas e legumes, encontraram-se, por exemplo, barracas de moda íntima.

Antes mesmo de se chegar à rodoviária de Campina Grande, ainda na BR-230, podemos visualizar *outdoors* de indústrias de confecção de Santa Cruz do Capibaribe/PE anunciando coleções de roupas da estação, provavelmente direcionadas aos feirantes e lojistas que comercializam esses produtos na cidade.

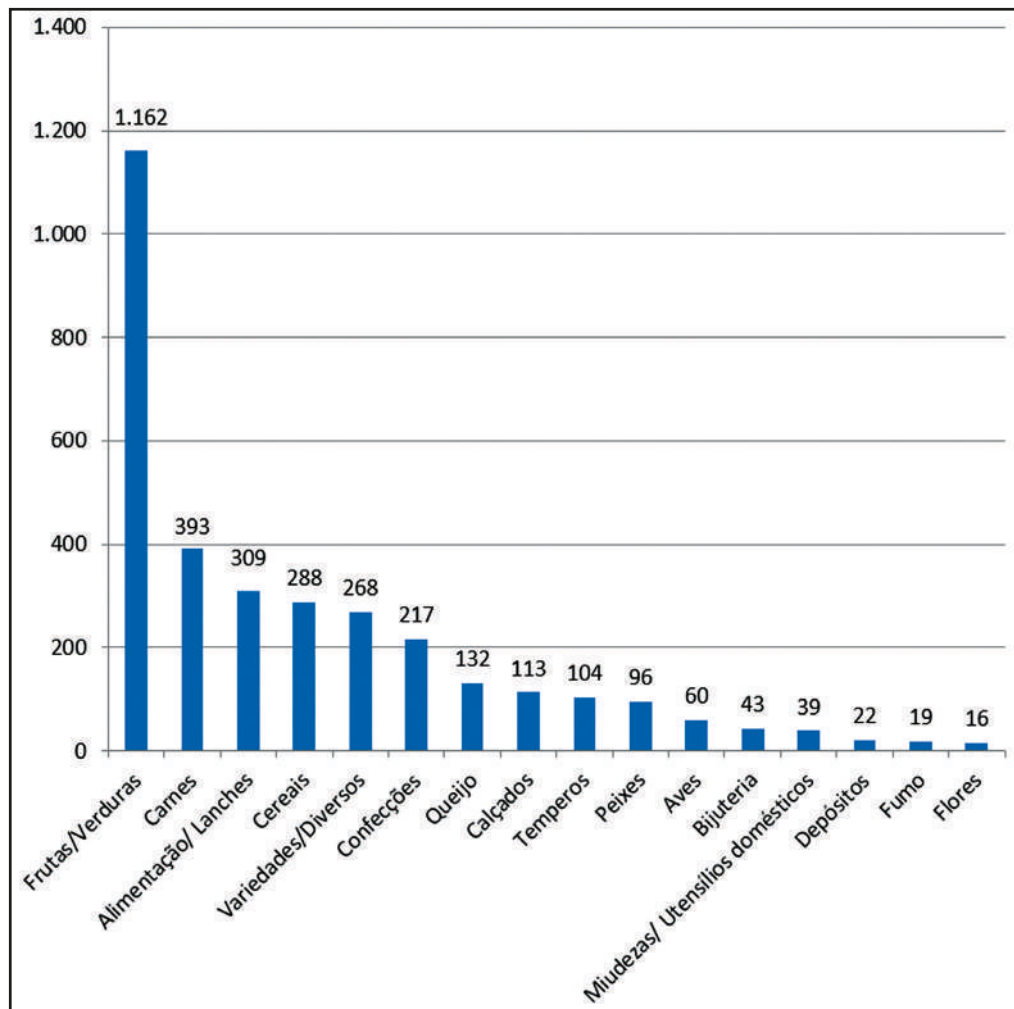
Figura 4 – Distribuição das barracas, pelo tipo de mercadoria, nas ruas do entorno do mercado.



Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande/ Gerência de Mercados, Feiras e Cemitérios (2010).
Organização dos dados e ilustração do autor.

Observamos dentre o quantitativo de barracas da feira, um número significativo de barracas de confecção, de acordo com o gráfico 1, estando concentradas mais nas ruas Rua Dr. Antonio de Sá e Rua Marcílio Dias. Conforme dados de 2010, a confecção totalizava um número de 217 barracas, entretanto, em relação ao universo de cerca de 3.287 barracas, o setor de comércio de confecção representava apenas 6,6% do total de barracas, o que nos ajuda a afirmar a Feira Central de Campina Grande ainda como uma feira de abastecimento de gêneros alimentícios. Há que destacar a grande quantidade de barracas de frutas/verduras dentre a diversidade de produtos comercializados a exemplo do setor dedicado ao comércio de flores na feira.

Gráfico 1 - Número de pontos comerciais da Feira Central de Campina Grande, por tipo de mercadoria (2010).



Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande/ Gerência de Mercados, Feiras e Cemitérios (2010).

No início dos anos 1980, foram construídos calçadões nas ruas centrais do comércio de Campina Grande, especificamente, nas ruas Cardoso Vieira, Sete de Setembro, Venâncio Neiva e Maciel Pinheiro. Estes visavam a melhoria da locomoção das pessoas na área de maior movimento do comércio varejista. Esses calçadões, todavia, com o tempo, foram sendo ocupados por vendedores ambulantes, de modo que a grande quantidade de bancas passou a dificultar a circulação de pessoas naqueles passeios. Apesar das reclamações dos estabelecimentos comerciais situados nessa área, não houve uma ação de ordenamento por parte da Prefeitura Municipal naquele ano, de sorte que, no final do ano de 1982, era possível adquirir uma infinidade de produtos nessas bancas de camelôs, pois ali

[...] vendia-se de panela, bijuterias, adornos para o lar, frutas dos mais variados tipos como abacaxi, mamão, coco verde, manga, goiaba e laranja, bolsas de viagem, jarros e quadros, cintos, pratos e copos, miudezas de todos os tipos, garrafas térmicas, cartões de natal, sorvetes e picolés, toalhas de banho, **confeções em malha** e até marrecos (ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE, 1982, p. 18, grifo nosso).

O grande número de vendedores ambulantes justificava-se pela elevação do desemprego na cidade naquele período, mas também em função da vantagem do comércio ambulante ante o rebaixamento salarial, haja vista que a venda ambulante era “[...] mais rendosa do que o salário mínimo pago por alguns comerciantes e industriais” (ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE, 1982, p. 18).

Beatriz Pontes (2006), analisando as mudanças do processo produtivo capitalista e suas repercussões sobre as cidades médias nordestinas, observa que Feira de Santana, Caruaru e também Campina Grande emergiram no cenário nordestino como tecnopolos¹⁷ em virtude das “[...] transformações ocorridas nas suas economias com o advento da reestruturação produtiva, das mudanças no processo de trabalho e em face das novas tecnologias que nelas se estabeleceram” (p. 337). Para ela, embora esse processo modernizador tivesse reformulado os quadros produtivos no espaço urbano dessas cidades, abrangendo atividades modernas com vínculos externos, não houve a absorção da comunidade residente nas atividades internas. De acordo, ainda, com Pontes, “[...] não foi possível ignorar o desemprego em tais centros, bem como o aumento de suas periferias empobrecidas e problemáticas” (p. 337).

Não obstante a grandeza da feira de Campina Grande e a inserção nela do comércio de confecção, outro espaço constituiu referência quando se trata do comércio de confecção popular nessa cidade, como é o caso do *Shopping* Centro Edson Diniz, um prédio composto por 375 boxes, que recebeu camelôs que antes estavam em bancas montadas nas ruas centrais de Campina Grande (ruas Maciel Pinheiro, Cardoso Vieira, Venâncio Neiva e Monsenhor Sales) acompanhando

¹⁷ Santos Filho (2007, p. 147) assevera que a cidade de Campina Grande formou um tecnopolo constituído por “[...] um conjunto de IES e técnico, centros de P&D e uma centena de EBT’s que exportam seus produtos e serviços para EUA, Canadá, Europa, América do Sul e alguns países da Ásia.”. Todavia, esse *território-rede da tecnologia* tem enfrentado alguns reveses, pois, segundo o autor, o resultado da inovação de produtos e processos favoreceu “apenas” ao capital transnacional. Outros fatores como a falta de recursos que via de regra necessita do maior aporte do Estado, a concentração dos “sistemas de engenharia” na região Sudeste, sobretudo, no eixo São Paulo-Campinas e o direcionamento da política econômica empreendida pelas últimas gestões municipais que deram privilégio à promoção da atividade turística (Turismo de Eventos) levaram o autor à constatação do notável “esvaziamento do Tecnopolo Campina Grande/PB”.

uma tendência das cidades nordestinas voltadas para o comércio da confecção, ou seja, a criação de espaços exclusivos para esse fim.

Em entrevista com o administrador do *Shopping* Centro Edson Diniz, ele nos informou que a confecção comercializada nesse centro de comércio popular em grande parte vinha do agreste pernambucano, conforme podemos constatar em sua fala: “A confecção daqui é toda de Santa Cruz do Capibaribe. Alguns viajam de tempos e tempos para trazer uma mercadoria diferenciada de São Paulo, mas isso é o mínimo, acho que não tem mais de três lojas aqui que faça isso”.

3.2.3 A feira do Crato, cidade-boca de sertão cearense

No Ceará, o destaque é para a feira do Crato, na região do Cariri, que, como escreveu Petrone em sua obra de 1955, intitulada: *Crato, “Capital” da região do Cariri*, foi responsável pela vida econômica e a dinâmica dessa região. Embora as feiras fossem comuns em todas as cidades da região, a do Crato foi a que mais se destacou. O Crato tinha primazia em relação às demais cidades do vale do Cariri (Missão Velha, Caririçu, Juazeiro do Norte, Barbalha, Jardim e Brejo Santo), além de manter relações comerciais com municípios dos Estados do Piauí, Pernambuco e Paraíba. Por esse motivo, ela era considerada como a capital do Cariri (ALVES, 1946).

O Crato está situado na Microrregião Sul do Estado do Ceará e foi elevado à categoria de cidade em 1853, não obstante, já era vila em 1764 e freguesia de Nossa Senhora da Penha, em 1768. Martins Filho e Girão (1966) destacam que a principal riqueza econômica do Município, nos anos 1960, era a agricultura, cuja maior importância era conferida à cultura da cana-de-açúcar, utilizada nos engenhos para a fabricação de açúcar, aguardente e rapadura. No croqui da feira do Crato, apresentado por Petrone, no qual estão representadas as mercadorias comercializadas na feira, podemos notar a distribuição, em rua, de oito produtos vendidos na feira (farinha, calçados, rapadura, redes, miudezas, raízes e pássaros).

O croqui, além de nos conceder uma dimensão da distribuição desses produtos pelas ruas do Crato em dia de feira, nos indica, primeiro: a existência marcante dos produtos agrícolas, como a farinha, as frutas e, também, a rapadura, fabricada de cana-de-açúcar, produto de destaque na região do Cariri, resultante da atividade agrícola local. Em segundo lugar, aparecem as miudezas e calçados, denotando que, naquele momento, já se identificava a venda de produtos fabricados, quer sejam artesanalmente quer sejam industrializados.

Menezes (1918) reporta-se à feira do Crato como sendo marcada pelo grande fluxo de consumidores que ocupavam as ruas nos dias em que ela acontecia

e pela diversidade de produtos vendidos, segundo ele, característicos da fértil região do Cariri. Enfatizou ainda o seu alcance para os municípios vizinhos e outros estados da Federação. A longa – e necessária – citação que se segue retrata com riqueza de detalhes a diversidade de produtos vendidos na feira do Crato, inclusive com suas origens.

Uma nota característica é a feira, exposição dos produtos locais e dos municípios circunvizinhos e Estados limítrofes, Piauí, Pernambuco e Paraíba. Realiza-se sempre a céu aberto, às segundas-feiras formando uma cruz dupla que estende os seus braços pelas ruas da Califórnia, do Comércio e do Fogo. A sua frequência é calculada de 6 a 7.000 pessoas. Os principais produtos expostos são: rapaduras (as mais procuradas pela boa qualidade fabricam-se nos sítios Bebida Nova, Francisco Gomes, Lameiro, S. Vicente), farinha de mandioca (da serra do Araripe e de todo o município), alfeins batidos (doce feito de mel bem grosso e batido frio), tijolinhos de açúcar e casca de laranja, doces de bananas, goiaba e buriti; cereais, aguardente (principais do sítio Batateira, Lameiro, Lagôa Encantada, S. Bento, Engenho do Meio, S. Gonçalo e Cruz), fumo, sal, tapioca, artefactos de couro: chinelos, botas, selins, etc.; queijos de diversas procedências, borracha de maniçoba e mangaba, café das encostas do Araripe, cordas de fibras vegetais, gado vacum, cavalariço, caprino, lanígero, etc.; facas e punhais (já em pequena escala).

Nos bons tempos, de muita chuva, a rapadura e os cereais são cotados a preços reduzidos: uma rapadura (800 a 1.000 grammas) vende-se de 40 a 100 réis, a farinha de 20 a 60 réis o litro, o milho de 20 a 40 réis, feijão a 100 réis, carne sem osso \$800 o kilo-gramma.

De Dezembro a Abril aparecem varias qualidades de saborosas fructas sylvestres, taes como o piqui nutriente e de sabor agradável, mangaba, maracujá peroba e de capoeira, ariticum, marmelada, araçá, Muricy, cajuhy, etc. Tudo isto vem da Serra do Araripe (MENEZES, 1918, p. 161-162).

O exposto nos leva a crer na expressão que a feira do Crato tinha em relação à região, sobretudo, pelo comércio de produtos agrícolas característicos do vale do Cariri, sobressaindo-se a produção da cana-de-açúcar, matéria-prima da rapadura, alimento componente da dieta do nordestino por muito tempo. Outros produtos vendidos eram o arroz, a farinha, o milho, o feijão, a mamona e o algodão, que abasteciam a população das zonas urbanas e rurais. Em geral, eram comercializados no meio da rua em sacas e baús, de modo espontâneo e sem equipamentos de proteção e expostos ao sol e à chuva. O dia de feira alterava o ritmo da cidade, transformando-a num grande mercado. As ruas e praças eram ocupadas por vendedores e compradores, levando Petrone a usar a expressão “*formigam de gente*”, referindo-se ao admirável movimento de pessoas na feira (PETRONE, 1955, p. 53).

Guilherme Studart (1888) comenta, em artigo que descreve o Município de Barbalha em 1888, que havia uma rivalidade entre a feira de Barbalha e a

do Crato e, referindo-se à primeira, acentua que “[...] sua feira rivaliza com a do Crato, é a segunda do Cariry, porque o commercio de fazendas em grosso e a retalho tem para ella attrahido a atenção de muitos pontos, ate das províncias limítrofes” (p. 12). Nos períodos de seca, a população sertaneja recorria à feira do Crato para o abastecimento de gêneros, visto que o vale do Cariri se apresentava como um refúgio para todos os que sofriam com os períodos de estiagem prolongada.

Conforme já mencionado – mas cabe ainda reforçar – a feira do Crato tinha destacado papel regional. Essa cidade, assim como Caruaru, foi denominada cidade-boca de sertão (PETRONE, 1955). De acordo com o eminente geógrafo da USP, ela não era apenas a sede de uma das mais movimentadas feiras da região, mas também

[...] e principalmente, um importante centro de comércio de mamona e rapadura, sendo esta distribuída pelo alto Sertão pernambucano, oeste paraibano, sul do Piauí, além de inúmeros mercados cearenses. Por outro lado, usufrue das vantagens de uma verdadeira ‘boca de sertão’, sendo ponto terminal da R.V.C. (PETRONE, 1955, p. 45, grifo nosso).

Ainda no que se refere à leitura de Petrone, destacam-se os aspectos relativos ao transporte das mercadorias comercializadas na feira, que eram transportadas primeiro em tropas de burros e depois em caminhões mistos. Os “mistos” tiveram importância fundamental no transporte de pessoas e distribuição de mercadorias que saíam do Crato para várias cidades do Nordeste, principalmente, do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco (PETRONE, 1955). O “misto” é descrito por Issler (1964) como um caminhão com duas funções: o transporte de passageiros e o transporte de cargas. Nesse tipo de veículo, a “[...] cabine ou ‘boléia’ é modificada, dando lugar a três ou quatro filas de bancos, cada um recebendo cinco ou seis passageiros. Esta improvisação ocupa metade do comprimento do veículo. O restante da carroçaria recebe a carga” (ISSLER, 1964, p. 133).

Os mistos partiam de uma localidade, que era sede de atividades ou mesmo um centro regional, e faziam linhas que percorriam grandes distâncias, apanhando outros passageiros¹⁸ já à espera na beira da estrada. O destino dos mistos, conforme relata o autor, estava indicado numa “[...] *tabuleta de madeira, pintada a capricho* fixada no alto do pára-brisas do carro, que indicava os pontos

¹⁸ Em um desses percursos feito de caminhão misto, Bernardo Issler deparou um desses passageiros típicos, “[...] foi João das Latas (assim o chamávamos). Creio que vinha do Bacabal, no Maranhão e ai para o Crato, no Ceará. Seis sacos de latas vazias de marmelada, já usadas, constituíam sua bagagem. Como tinha negócios a fazer no Ceará, juntara as latas para vendê-las e assim ‘salvaria’ os gastos da viagem [...]” (ISSLER, 1964, p. 133).

de partida e de chegada” (ISSLER, 1964, p. 133). A distribuição dessas linhas cobria praticamente toda a região Nordeste. Petrone (1955), todavia, apontava a ocorrência de pelo menos cinco “linhas” regulares que saíam da cidade do Crato e faziam vários itinerários usuais¹⁹.

A feira do Crato ainda atua como um centro distribuidor varejista de gêneros, cuja área de abrangência carece de uma pesquisa específica. Embora se registre uma prática intensiva do comércio de confecção popular nessa feira, ela não foi foco do nosso trabalho. Do ponto de vista das atividades agrícolas, a feira ainda comercializa o piqui, fruto muito apreciado na região. A rapadura foi perdendo importância na feira, haja vista o declínio da produção canavieira na região do Cariri em razão do fechamento dos engenhos que forneciam esse produto.

Vários engenhos da região, que no passado foram grandes produtores e distribuidores de rapaduras, fecharam, e os que restaram têm grandes dificuldades em se manter como atividade viável. Foi o que podemos verificar na fala de um dono de engenho do Distrito de Arajara, no Município de Barbalha: “Eu acho que uma das coisas foi a concorrência das fábricas de doces, né. Bolacha, chocolate e doce, acho que a concorrência vinda de outros estados, [...] e aí o pior, a rapadura vai perdendo, o preço vai caindo até se tornar inviável a produção [...]”. Constatou-se em pesquisa de campo que as áreas antes ocupadas com a plantação da cana-de-açúcar têm sido ocupadas por outras culturas ou perderam a condição de terras agrícolas, sendo transformadas em loteamentos, principalmente aqueles que margeiam os perímetros urbanos.

Atualmente, a feira do Crato não tem a mesma importância do passado, entretanto, se manteve a tradição da feira livre mais voltada ao abastecimento da população local. Essa feira não constou como nosso objeto principal de estudo, razão por que não temos elementos para discorrer sobre sua dinâmica no momento atual e provável inserção da confecção popular, conquanto haja indícios

¹⁹ Os itinerários apontados por Petrone eram: 1 – Crato – Araripe – Fronteira – Picos (para Teresina) – Oeiras – Floriano (sopas e caminhões). 2 – Crato – Juazeiro do Norte – Caririáçu – Lavras – Icó – Russas – Pacajus – Fortaleza (caminhões). 3 – Crato – Juazeiro do Norte – Caririáçu – Lavras – Cajazeiras – Souzas – Pombal (Triângulo) – Catolé do Rocha – Brejo da Cruz – Caicó – Jardim do Seridó – Acari – Currais Novos – Santa Cruz – Macaíba – Natal (‘mixtos’). 4 – Idêntico na anterior até Caicó – Jardim do Seridó – Parelhas – Barra – Joazeirinho – Soledade – Campina Grande (para João Pessoa e Recife) Mixtos. 5. Idêntico ao anterior até Pombal – Patos – Barra – Joazeirinho – Campina Grande (‘sôpas e caminhões’). 6. Crato – Juazeiro do Norte – Barbalha – Missão Velha – Milagres – Já í – Salgueiro – Parnamirim – Petrolina (para São Paulo) (‘sôpas’ até Salgueiro, caminhões e ônibus) (PETRONE, 1955, p. 49).

desse fato. Vale salientar que o Crato é sede de uma grande feira agropecuária que não remete à feira livre tradicional, mas é realizada como um grande evento denominado ExpoCrato, bem diferente da feira do passado. A expoCrato é uma grande feira agropecuária que reúne criadores e compradores de animais bovinos, equinos etc., e, nos últimos anos, atraiu milhares de pessoas durante uma semana, sempre no mês de julho, quando também promove eventos artísticos e culturais que atraem um grande e diverso público não só da região, mas também de outros municípios cearenses e de outros estados brasileiros.

3.2.4 A feira de Feira de Santana, portal do sertão baiano

A cidade de Feira de Santana, na Bahia, também surgiu como ponto de encontro e aglomeração de tropas de viajantes que traziam o gado do sertão para ali ser comercializado. O comércio do gado naquela localidade deu origem à feira e, com o desenvolvimento do comércio local, aflorou a vila de Feira de Santana dos Olhos D'Água, que ascendeu à condição de cidade de Feira de Santana em 1873.

Situada entre a Zona da Mata e o Sertão Baiano, a uma distância de 117 quilômetros da capital, Salvador, Feira de Santana se consolidou como importante praça de comércio localizada no entroncamento de importantes rodovias que fazem a ligação do Sul/Sudeste do País com a região Nordeste (BR's 116, 101, 324). Hoje, Feira de Santana é uma cidade média baiana, com população estimada de 622.639 habitantes (IBGE, 2016). Talvez a distância da Capital tenha forjado a centralidade da cidade, tendo sido institucionalizada, em 2011, como cidade principal de uma região metropolitana composta por seis municípios²⁰.

Segundo Almeida (2002, p. 253), a origem da cidade de Feira de Santana ocorreu no início do século XVIII com a compra e desmembramento da Fazenda Santana dos Olhos D'Água, da localidade de São José dos Itapororocas, hoje Distrito de Maria Quitéria. A propriedade, que media cerca de seis quilômetros de comprimento (Norte/Sul) e três quilômetros de largura (Leste/Oeste) pertencia ao casal, descendente de português, Tenente Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão. Após a compra da propriedade, o casal resolveu doar 100 braças, em quadra, de suas terras para a construção da capela consagra-

²⁰ A Lei Complementar Nº 35, de 06 de julho de 2011, instituiu a Região Metropolitana de Feira de Santana, sendo composta pelo agrupamento dos Municípios de Feira de Santana, Amélia Rodrigues, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, São Gonçalo dos Campos e Tanquinho.

da a São Domingos e Sant'Ana no topônimo denominado Alto da Boa Vista. Conforme relata o autor:

O sítio, em redor da capela, tornou-se ponto de convergência e repouso para transeuntes, tropeiros e boiadeiros que ali pernoitavam e no outro dia, bem cedinho, rumavam em direção aos portos da Cachoeira e Santo Amaro. [...]. Com o vai e vem dos viajantes, criou-se de maneira espontânea um pequeno comércio de quase tudo que, com o passar dos anos foi se desenvolvendo a ponto de se tornar a Feira conhecida (ALMEIDA, 2002, p. 253).

A feira teve início com o surgimento do povoado, em 1819, e se consolidou com o crescimento daquela pequena aglomeração para vila, criada em 1833, tornando-se cidade em 1873. O pequeno povoado de casas se estabeleceu como ponto de troca e comércio de viajantes, vindo a crescer de tal maneira que auferiu *status* de uma grande feira livre, esparramando-se pelas ruas, becos e praças da cidade, cujo nome era feira em alusão à santa padroeira, Nossa Senhora de Sant'Ana.

O historiador americanista Richard Graham (2013), especializado em História do Brasil e da América Latina, assinala que: “Em 1824, Feira de Santana sediava uma feira, realizada todas as terças-feiras, que atraía de 3 mil a 4 mil pessoas. Era, sem dúvida, a mais importante da província, e em 1855 ainda abastecia a cidade de gado ‘em grande escala’” (p. 174).

Conforme aponta Prado Júnior (1981), as fazendas de gado do Piauí foram de grande importância por fornecer carne para todo o Nordeste. Segundo ele, “[...] a maior parte do gado consumido na Bahia provém delas, embora tivesse de percorrer para alcançar seu mercado cerca de mil e mais quilômetros de caminho” (p. 45).

Ainda de acordo com esse autor, as condições desfavoráveis forçaram maior dispersão das fazendas de gado que se multiplicaram por vastas áreas, cheias de vácuos e rala ocupação. A Bahia e Pernambuco se constituíram como centros de irradiação, sendo que no caso da primeira, as fazendas de gado se espalharam para norte e noroeste em direção ao rio São Francisco, alcançado em seu médio curso no correr do século XVII. De Pernambuco, o movimento alcançou o interior dos atuais Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte. Outro movimento de expansão das fazendas de gado ocorreu no Maranhão. Em suma, a expansão da criação de gado no sertão do que hoje chamamos de Nordeste deveu-se, segundo o autor, pela necessidade de abastecimento de carne do litoral açucareiro (PRADO JÚNIOR, 1981).

A importância do comércio tradicional do gado em pé na cidade de Feira de Santana pode ser percebida por meio da letra da música *Feira de Gado*,

composição de Luiz Gonzaga e Zé Dantas, datada de 1954. Em meio aos aboios e toadas dos vaqueiros conduzindo a boiada, Gonzaga faz menção justamente à cidade de Feira de Santana como destino final para o comércio de gado.

Poppino (1968, p. 170) atenta para o fato que, em 1950, a feira de gado de Feira de Santana destacava-se como a mais importante do gênero na região Nordeste. Sua fama de feira tradicional já se estendia pelo País, tanto que, em esfera nacional, somente a feira de gado de Três Corações, em Minas Gerais²¹, lhe era superior (POPPINO, 1968). Outras feiras locais rivalizavam em *tamanho e colorido* com a feira de Feira de Santana. O autor faz menção a outras feiras concorrentes, como as de Quixadá e Baturité, no Ceará, e a feira de Campina Grande, na Paraíba.

Prosseguindo em sua leitura, Poppino (1968) nos relata que vários produtos, além do gado em pé, eram ofertados, primeiramente, na feira. “Com exceção do fumo, do algodão e do sisal, os demais produtos agrícolas cultivados em Feira de Santana vendiam-se na feira semanal. Até mesmo o feijão, a farinha e o milho eram oferecidos primeiramente à venda, a retalho, na feira” (p. 186). Percebe-se pelo exposto que a feira semanal tinha um caráter distribuidor da produção agrícola local. Dedicava-se, contudo, ao comércio no varejo, com produtos comercializados a granel, a frente ao mercado municipal na confluência da avenida Getúlio Vargas com a rua Sales Barbosa.

A gigantesca feira, na fala de Oscar de Almeida, que tinha início ao largo do mercado e se alastrava pelas ruas, praças e becos da cidade, foi retirada das ruas centrais e realocada no centro de abastecimento construído, em área próxima, acolhendo todos os gêneros alimentícios e produtores da região. O antigo mercado foi transformado em um mercado de arte, no início dos anos 2000, recebendo o nome de Mercado de Arte Professor Dival Pitombo, e, atualmente, é composto de boxes de comércio de artesanatos e comidas regionais.

Vários fatores concorreram para a decadência da feira de gado de Feira de Santana. Segundo Poppino (1968), um deles foi a instalação de currais em forma de U, reduzindo o número do gado em pé vendido no campo solto nos limites da cidade. Araújo (2005), com base em entrevista realizada em 2004 com remanescentes da antiga feira, aponta os motivos para a retirada da feira do centro da cidade e a sua transferência para o Centro de Abastecimento:

²¹ Para detalhes sobre a formação, auge e crise da feira de gado de Três Corações/MG, considerada como importante centro de abastecimento e distribuição de carne verde, consultar o trabalho de Saes e Rosa (2013).

O Centro de Abastecimento surge da grande preocupação em retirar a feira livre do centro da cidade, ligado ao discurso da necessidade de uma reorganização do espaço urbano, constantemente ocupado por esta atividade. Além das segundas-feiras destinadas à mesma, os outros dias da semana também ficavam comprometidos por conta da movimentação dos feirantes. Já na quinta-feira à tarde começavam a mobilizar o centro da cidade, instalando suas barracas para a feira de sábado. Estas já ficavam prontas para a feira de segunda-feira, só sendo desarmadas a partir de terça-feira pela manhã, assim, o centro da cidade só ficava desocupado entre a terça-feira à tarde e a quinta-feira pela manhã (p. 49).

A princesa do Sertão, como a cidade é chamada carinhosamente, buscou por ares de modernidade nos anos de 1960/70. Isso levou os agentes políticos a discutirem o papel da feira para a cidade de Feira. A expansão urbana de Feira de Santana – liberação do espaço público ocupado pela feira para o fluxo de veículos, justificado pela centralidade dessa cidade como entroncamento rodoviário de ligação entre o Sudeste e Nordeste brasileiro – legitimou a retirada da feira nos anos de 1970.

A área central de Feira de Santana parece, ainda, guardar remanescentes da antiga feira livre que ocorria na avenida Getúlio Vargas, nas imediações do Mercado Municipal, hoje, Mercado de Artes. Embora não haja uma feira no sentido tradicional da palavra, a dinâmica desse modo de comercializar na rua permaneceu ali, justamente, com a predominância do comércio de rua de frutas e verduras bem como da confecção popular expressa nas alamedas entorno do antigo mercado. O comércio ambulante da rua Sales Barbosa, não obstante a grande quantidade de vendedores de confecção, concentra várias outras bancas de produtos acessórios (óculos esportivos, relógios, aparelhos eletrônicos etc.) que podem ser vistos em outras áreas da cidade.

Além das feiras, do centro de abastecimento e do comércio ambulante nas ruas de Feira de Santana, outro espaço que marca o comércio popular da cidade é o assim denominado *Shopping* Popular Feiraguay. Esse espaço caracteriza-se pelo comércio de produtos importados que, no início dos anos 1990, vinham do Paraguai, porém, atualmente, a maioria é originária da China. Os produtos comercializados são, sobretudo, eletroeletrônicos, além de calçados e roupas, cópias de marcas famosas. Em trabalho de campo, também, constatamos a existência de bancas de comércio de confecção popular nesse espaço de comércio, porém em número reduzido.

“A feira de Feira não existe mais”. Foi o que apreendemos da fala saudosa de uma moradora da cidade. Apesar disso, não há como falar que a cidade ainda não viva a memória da feira central. Ela ocorre nas práticas espaciais dos seus cidadãos, no grande número de barracas e vendedores ambulantes de frutas, hortaliças e cereais espalhados pelas ruas centrais de Feira de Santana.

Foi, justamente, em virtude da grande concentração de vendedores ambulantes na área central da cidade que a Prefeitura Municipal de Feira de Santana – PMFS lançou o Projeto “Pacto de Feira”, em 25 de fevereiro de 2013. Trata-se de um projeto de requalificação que visa ao ordenamento, disciplinamento das vias públicas e reestruturação do centro comercial da cidade.

Nesse sentido, várias ações têm sido empreendidas a fim de reduzir a aglomeração do comércio ambulante nas calçadas do centro. Uma dessas ações foi a reunião de vendedores de frutas e verduras em galpões denominados Feira Verde. Outra ação em curso é o projeto de construção do Centro Comercial Popular de Feira de Santana que visa abrigar os camelôs situados nas vias públicas no centro da cidade. Esse centro de comércio popular está sendo construído em um terreno, ao lado do Centro de Abastecimento, e prevê a construção de três pavimentos com cerca de 1.800 boxes padronizados (5 m²). A execução do projeto previu um gasto de cerca de 50 milhões de reais, sendo resultado de Parceria Público-Privada. O empreendimento será administrado por um consórcio de quatro empresas que venceu a licitação pública. O equipamento pretende trazer dignidade para o comerciante ambulante, entretanto, essa ação não pode ser isolada, necessitando do apoio constante dos órgãos do poder público municipal para que seja exitoso, senão, será mais um camelódromo construído para confinar os vendedores ambulantes do restante da cidade.

3.2.5 A antiga feira de Água de Meninos (feira de São Joaquim) – Salvador/BA

A cidade de Salvador, conforme vimos, foi marcada, desde o período colonial, pelo comércio de alimentos em suas ruas e praças, em geral, por quitandas e feiras populares que ocupavam o espaço da rua, tornando-os espaços populares do comércio tradicional de gêneros alimentícios que servem à mesa dos baianos. Vasconcelos Maia já destacava, nos anos de 1950, o fato de que aqueles que iam à Bahia não poderiam deixar de visitar as feiras do povo. Ele cita várias delas – Mercado Modelo, Largo dois de julho, Curtume, Sete Portas, Porto da Lenha – porém, de todas essas, a feira de Água de Meninos era a mais típica, ou seja, a mais representativa da cultura baiana. Ela se localizava, conforme orienta o autor, “[...] na cidade-baixa, meio do caminho entre o Elevador Lacerda e a Igreja do Bonfim, antes da Estação Ferroviária de Calçada, esparrama-se à beira-mar, ao pé da Igreja do Pilar, debaixo de várias ladeiras baianas [...]” (MAIA, 1955, p. 2).

Milton Santos (2008c) analisando as funções do Centro de Salvador, destacava que a feira de Água de Meninos era “[...] a mais importante da cidade;

espécie de feira grossista, é um verdadeiro entreposto em relação às demais feiras urbanas” (p. 87). Carybé, artista plástico argentino que se radicou em Salvador, com seu traço de grande sensibilidade, registrou magistralmente a cultura baiana. Em suas obras, há vários registros feitos tanto em desenhos quanto em telas do movimento, formas, cores e sujeitos da feira Água de Meninos, a exemplo dos trabalhadores descarregando produtos dos saveiros que aportavam na Baía de Todos os Santos.

No reparo dessa feira, Carybé (2014) nos ajuda a descrevê-la. Uma feira que beirava o mar em um “[...] amontoado inverossímil de barracas, divididas por becos, ruelas e passadiços, formigando de gente, de saveiros, de jegues, frutas, legumes, jabá, cestas e tamancos, camarão seco e raladores de coco, fifós, cana e farinha de guerra” (p. 5). Maia (1955) também nos descreve como era a paisagem da feira:

De longe, é só um ajuntamento de barco, barraca, mercadoria e gente, é um cheiro agudo de mangue e maresia. [...] a feira é de quem chega, uma vila pitoresca e também, triste é confessar, uma vila suja, de chão batido, lamacenta se chove, poeirenta se faz verão, detritos apodrecendo pelos cantos. (p. 2).

Pela descrição desse autor, é possível atestar o caráter precário da aglomeração da feira, em geral, dotado de pouca infraestrutura, sem pavimento, desprovido de limpeza sistemática, localizado em uma área pouco privilegiada da Baía de Todos os Santos; uma feira situada à beira-mar, exposta à maresia e ao odor do mangue. Aquela feira era uma aglomeração de barracas que comercializavam mercadorias diversas vindas de cidades, vilas e arraiais do interior do Recôncavo Baiano, cujo transporte principal era o saveiro. O modo popular de comércio na feira e seus personagens típicos também podem ser percebidos na descrição de Maia (1955):

Uma variedade sem conta de tipos humanos, comprando ou vendendo, navega diariamente nas ruelas estreitas, entre as barraquinhas feitas de taboa, cobertas de lona desbotada. Brancos, pretos e amarelos, mulatos, sararás, caboclos, gazos e cabo-verdes, de todos os sexos e idades, de classe média e proletária, encontram-se, falam, pechincham, discutem, numa algazarra de várias línguas onde impera um português bem brasileiro, vibrante de gíria local (p. 2).

Essa mesma profusão de pessoas, barracas e mercadorias diversas pode ser notada na representação da feira expressa nos quadros pintados por Carybé. Esse artista também registrou em suas obras outros sujeitos inscritos no movimento da feira. Entre as barracas montadas, vendedores comercializam seus produtos em pequenos molhos, dispostos em esteiras no chão da feira, tropas de animais

carregadas de mercadorias, vendedores que carregavam a mercadoria na mão, vendedores de aves, de peixes, de frutas, verduras e temperos; barracas de ferragens, de cerâmicas – tanto utilitárias quanto figurativas –, negras preparando seu fogareiro e tabuleiros, carregadores que passam equilibrando cestos de frutas ou verduras na cabeça, uma diversidade representada pelo colorido dos produtos expostos do lado de fora da barraca.

Uma variedade de temperos e comidas regionais era encontrada na feira, a exemplo da erva-cidreira, jenipapo, gengibre, azeite de dendê, pimenta malaguetta e cocos. Estes são ingredientes certos no preparo do vatapá, efó, caruru, xinxin de galinha, que, juntamente ao feijão e arroz, farinha, carne de sol, rapadura e cachaça, completavam as refeições mais baratas feitas nas barracas-restaurantes da feira. As panelas e tabuleiros das negras vendedoras ofertavam o mingau de tapioca, quindins, acarajés, abarás, pamonhas, açaçás, cocada-puxa, doces, milho assado, umbu, carambola, sapoti e amendoim torrado ou cozido. No espaço da feira, também podiam ser encontradas “[...] *barracas de fazendas, de artigos de armarinho* e couro, de ervas medicinais e ferragens, de gaiolas para passarinhos e papagaios, exposições permanentes da rica cestaria nativa” (MAIA, 1955, p. 3, destaque nosso). Embora a feira fosse predominantemente de comércio de produtos de abastecimento, lá era possível encontrar fazendas e aviamento para as costuras das donas de casa que, assim, cosiam vestes para toda a família.

As obras de Carybé são marcadas pelo destaque do artista para a temática baiana, sobretudo, do universo religioso africano e os costumes da cultura baiana. Conforme acentua o jornalista Roberto Midlej (2014), com uma simplicidade no traço e grande poder de síntese e simplificação, Carybé privilegiou as figuras humanas e locais do dia a dia. Dessa maneira, homens, mulheres e crianças apareciam em suas criações, no conteúdo dos seus desenhos, quadros, gravuras e esculturas. Dentre esses lugares elegidos pelo artista, destacam-se várias pinturas das feiras do sertão e do litoral. Carybé tratou, em específico, de registrar a dinâmica e ambiente da feira de Água de Meninos, feira histórica localizada na cidade baixa de Salvador que, segundo ele, era composta de:

Cerâmica de todo o recôncavo. De todos os feitos e para todos os usos. Como os depósitos de inflamáveis invadiram o território da feira, um areal alvo onde se comia, à noite, sarapatel e mocotó, onde se amava, se dormia ou se ouviam histórias do mar ao pé dos saveiros – areal que deu nome aos famosos capitães de areia – pois bem, como os depósitos de inflamáveis invadiram seu território, a feira invadiu a rua. Começa do lado de fora entre as palmeiras reais. Mercam-se ali panelas de alumínio, bacias, canecos e bules. Banha de jibóia para reumatismo, canela de ema para a asma e folhas, cascas e paus para curar de tudo. Quase sempre há uma barraca onde se exhibe

‘o homem-fera’ ou ‘a mulher-macaco’, bancas de ferro-velho e algum cego tirando cantigas.

Na principal rua, a rua que atravessa a feira, mal se pode passar de tanto povo, carroças, caminhões, jegues encangalhados, vendedores, camelôs, balaios. Para andar com sossego relativo é preciso passar às estreitas ruas entre barracas: ali o espetáculo humano é inesgotável, as mulheres do carimã peneirando a puba, sumidas no cone de sombra de seus enormes chapelões, quando mercam deixam ver seu riso tão branco como os cubinhos de goma que estão oferecendo. Há barracas especializadas em passarinhos onde esvoaçam campeões do canto e da cor, às vezes algum macaco enriquece a fauna, e, um pouco avacalhado com a cor das cuiúbas e dos sofrês, se movimenta amarrado pelo meio fazendo caretas e obscenidades para regozijo da molecada.

Há montanhas de cachos de banana, de laranja, de pinhas, de limas e cana-de-açúcar, pois é aí que se abastecem os vendedores ambulantes, os hotéis, restaurantes e as famílias pobres. Hercúleos carregadores descarregam os saveiros, entram na água até o umbigo e voltam carregados com tijolos, carvão, balaios imensos de jiló, porcos, capoeiras de galinhas d’angola ou feixes de caibros. Numa técnica toda especial, passam a carga a outro e este a outro mais, conforme a distância entre o saveiro e o depósito.

No setor de carnes verdes há um personagem sinistro, é o homem que tira miolos e língua das cabeças de boi. Com seu cepo de jaqueira e seu grande machado, este carrasco proletário destrincha as cabeças esfoladas onde os grandes olhos esbugalhados parecem perguntar onde está rodeado de mandíbulas e ossos e descarrega suas machadadas com a mesma precisão que seu velho antepassado inglês, o encarregado de decapitar Ana Bolena.

Em Água de Meninos se concentra a produção do Recôncavo. Chegam as mercadorias de Santo Amaro, Nazaré das Farinhas, Cachoeira, São Francisco do Conde e outras cidades, estivadas na barriga chata dos saveiros, que esperam banzos, adernados, que os livrem desse peso todo.

O mal da feira é o cheiro espesso a maresia, o barro se chove ou a poeira se faz sol. Mas o colorido e a vida compensam e um gole de cachaça com arruda de um dos inúmeros botequins nos limpa a goela e o coração, fazendo-os esquecer o cheiro de mangue na maré de vazante, o pó e a inchaca das capoeiras de galinha (CARYBÉ, 2014, p. 5).

Ataíde (2008, p. 1) revela-nos que essa feira, bem como outros comércios ali existentes, decorre da construção do Porto de Salvador. Chegavam ali dezenas de barcos a vela, trazendo mercadorias do Recôncavo, que iam de cerâmica a artesanato, fazendo da feira um grande centro abastecedor da cidade de Salvador. O fato relatado por Carybé, entretanto, da ocupação do espaço da feira pelos depósitos de inflamáveis aponta o período de conflito da feira com os projetos modernizadores do espaço urbano soteropolitano. Talvez tenha sido o primeiro registro do confronto dos feirantes com os interesses do poder público e seus programas de modernização e reestruturação urbana.

Nesse sentido, a feira também foi pano de fundo na composição do universo de algumas obras do escritor baiano Jorge Amado²². A feira de Água de Meninos é apresentada na novela *A morte e a morte de Quincas Berro D'água* como um ponto de encontro para a prática de rodas de capoeira. Nesse ínterim, o autor nos aponta os personagens comuns que compunham a paisagem da cidade baixa e da feira.

A roda, em frente à rampa dos saveiros, na feira noturna de Água dos Meninos aos sábados, nas Sete Portas, nas exibições de capoeira na estrada da Liberdade, era quase sempre numerosa: marítimos, pequenos comerciantes do Mercado, babalaôs, capoeiristas, malandros participavam das longas conversas, das aventuras, das movimentadas partidas de baralho, das pescarias sob a lua, das farras na zona. (AMADO, 2012, p. 55).

A feira ainda aparece como ponto de referência no desenvolvimento do trecho de anúncio da morte de Quincas Berro D'água entre seus companheiros Curió, Negro Pastinha e Cabo Martim.

Estava ele [Cabo Martim] exercendo suas habilidades na feira de Água dos Meninos, ao baralho. Ao fazê-lo com tanta simplicidade, concorria para a alegria espiritual de alguns choferes de marinete e caminhão, colaborava na educação de dois molecotes que iniciavam seu aprendizado prático da vida e ajudavam uns quantos feirantes a gastar os lucros obtidos nas vendas do dia. Realizava assim obra das mais louváveis. Não se explica, por consequência, que um dos feirantes não parecesse entusiasta de seu virtuosismo ao bancar, rosnando entre dentes que 'tanta sorte fedia a bandalheira'. [...]

A voz do Negro Pastinha chegava estrangulada:

– Morreu o pai da gente...

– Jesus Cristo ou o governador? – perguntou um dos molecotes com vocação de piadista. A mão do negro o suspendeu no ar, atirou-o no chão.

Todos compreenderam que o assunto era sério, Curió levantou a garrafa, disse:

– Berro D'água morreu!

²² A feira Água de Meninos surge mais uma vez no romance *Mar Morto*, acreditamos que muito por sua proximidade e trajetos símiles com os trabalhadores da beira do cais que, assim, cruzam os caminhos dos velhos marinheiros, dos mestres de saveiros, dos pretos, malandros e canoeiros, ou seja, a tradição dos saveiristas. Por fim, a feira torna-se uma opção de sobrevivência para o personagem Rodolfo, que abandona o saveiro deixado pelo pai e vai viver da venda no mercado e na feira de Água dos Meninos. Já no romance *Tieta do Agreste*, é a feira do interior que aparece como uma referência para quem vai e de quem vem na cidade de Santana do Agreste. Como disse o autor, "A Feira de Agreste é uma festa semanal". O desenlace do enredo, em vários trechos da obra, se passa na feira que é realizada na praça do mercado (praça Coronel Francisco Trindade), estendendo-se pelas ruas vizinhas. O dia de movimento na feira é o sábado, apesar do acanhado comércio nas lojas contadas, conforme descreve o autor. Apesar disso, a feira viveu momentos de festa com a ida de Tieta à feira de Santana do Agreste. Nesse momento, outras tonalidades e cheiros abundam na feira pelas mãos do autor com os montes de frutas comercializadas: goiabas, mangas, araçás, cajus, jenipapos, mangabas, cajás, cajaranas, umbus, pitangas e jacas.

Caiu o baralho da mão de Martim. O feirante malicioso viu confirmarem-se suas piores suspeitas: ases e damas, cartas do banqueiro, espalharam-se em quantidade. Mas também até ele chegara o nome de Quincas, resolveu não discutir. Cabo Martim requisitava a garrafa de Curió, acabou de esvaziá-la, atirou-a fora com desprezo. Olhou longamente a feira, os caminhões e marinetes na rua, as canoas no mar, a gente indo e vindo. Teve a sensação de um vazio súbito, não ouvia sequer os pássaros nas gaiolas próximas, na barraca de um feirante. (AMADO, 2012, p. 58-60).

Fazer a feira era um costume da cidade, mas com os dois pés assentados no interior, ligados, principalmente, pelo Recôncavo. A feira se massificou pela oportunidade de ocupação de parcela da população sem emprego e também pela possibilidade de abastecimento com aquisição de mercadorias de preços acessíveis, principalmente, no final de feira, momento em que os valores dos produtos eram mais baratos.

A resistência dos feirantes à retirada da feira *Água de Meninos* tomou tamanha proporção de modo que virou palco e argumento do filme *A Grande Feira*, de 1961, com direção de Roberto Pires, tendo como produtor executivo Glauber Rocha. O filme tinha um tom contestador, de denúncia da tentativa do poder público de extinguir a feira que estava situada às margens da Baía de Todos os Santos e formava diariamente uma grande aglomeração de compradores, feirantes e mercadorias que chegavam nos saveiros para abastecer a feira de toda sorte de gêneros alimentícios. A grande questão que o longa-metragem de 94 minutos expunha era o conflito entre feirantes e a especulação da área da feira pelo capital internacional, especificamente, por empresas petrolíferas que queriam obter aquela área para a instalação de depósitos de combustíveis.

As cenas do filme revelam vários aspectos de uma feira rural que, apesar de estar disposta na cidade, ainda mantinha, por exemplo, o transporte dos produtos com animais de carga e carroças. Além disso, a feira guardava um estereótipo social como lugar de cabarés, jogatinas (jogo do bicho), zona de cais e de marginais. As barracas da feira tinham o aspecto de pequenas habitações fixas, não necessitando do trabalho diário de montagem e desmontagem. Observa-se também que a exposição das mercadorias ocupava a parte de fora da barraca, nas alamedas de passagem conforme se pode verificar no filme. A retirada da feira desalojaria aproximadamente 4.000 feirantes para que houvesse a ampliação da estrutura do porto de Salvador.

O filme já levantava, naquele momento, o debate sobre a função da feira e sua relação com a cidade. O personagem do Marinheiro Ronny, também conhecido por Sueco, conforme Carvalho (2002) descreve, era um marinheiro que havia perdido seu navio e acabara se envolvendo com a prostituta Maria da Feira

– companheira do ladrão Chico Diabo. Sueco, por já ter estado em vários países como marinheiro, compara as feiras de Salvador e de Hong Kong. Para ele, era tudo a mesma coisa.

O papel histórico de abastecimento da população e sua relação conflituosa com a visão modernizadora da cidade são revelados nas falas dos personagens Ricardo, Filósofo e Neco – o Líder do sindicato, respectivamente, discutindo a proposta de retirada dos feirantes em um bar da feira:

(Timeline - 05:26)

R – O problema não é somente nosso, mas é de todos nós. Vocês já souberam que vão acabar com a feira.

F – É o progresso meu amigo. É o progresso. Infelizmente vamos ter que nos mudar.

R – Não, mas eu não vou mudar daqui não.

F – Não depende de você. Concorde ou não, o progresso virá.

[...]

(Timeline - 09:41)

F – Temos que andar de acordo. A cidade precisa de nós para comer e nós precisamos dela para viver.

R – Para os diabos com a cidade, como se ela pensasse em alguém.

N – Não se esqueça que você mora nela moço. Talvez ela é que não se orgulhe muito de você. [...] (A GRANDE..., 1961).

O filme expõe o anúncio de extinção da feira que chega aos feirantes com base no discurso do “progresso” como algo fatídico, atingindo a todos de alguma maneira, a quem caberia apenas adequar-se aos ditames. A visão de modernização travestida pela alcunha progressiva questiona o sentido dessa forma de comércio tradicional na cidade, mas levanta ainda o debate sobre a função da feira e sua relação com a cidade. Não obstante, a resistência dos feirantes à saída da feira para outro terreno é registrada pela mobilização do sindicato, cujo papel e poder de atuação são postos em dúvida. Isso sugere outras medidas, como o uso da força para resistir às ações do poder público em desocupar o espaço da feira. Em uma reunião informal do grupo de feirantes, Neco – líder do sindicato – indaga ao personagem Chico Diabo sobre sua intenção de tocar fogo na feira. Na fala de Chico, é uma mensagem aguda, uma medida extrema que revelava a real ameaça de explosão dos tanques de combustíveis próximos à feira.

N – E desde quando o senhor tem autoridade pra resolver o problema dos feirantes e muito menos com fogo?

CD – Isso é cá comigo. Eu vou tocar fogo nessa droga você goste ou não.

[...]

CD – O pessoal de lá *sempre achou que essa feira era o intestino da cidade?! Pois bem, a barriga tá suja?! Vou dá um purgante para valer. É fogo, fogo em tudo!*

(A GRANDE, 1961, 01:09:38, grifo nosso).

Carvalho (2002) explana que, na visão dos seus realizadores, o filme *A Grande Feira* era uma “crônica amarga” de Salvador. A feira era um pano de fundo para ampliar a discussão sobre as condições de vida e opressão do povo brasileiro. A mesma autora comenta que, para Glauber Rocha, essa opressão do povo, como ato maior de denúncia, era apresentada “[...] logo em sua primeira seqüência pelo poeta popular Cuíca de Santo Amaro ao anunciar que ‘a feira de Água de Meninos vai acabar...engolida pelos tubarões’” (Carvalho, 2002, p. 132). O empenho dos feirantes na luta pela permanência da feira perpassa três posicionamentos defendidos pelos personagens: “Neco defende a luta por vias negociadas, o Filósofo aceita o seu fim como consequência natural do progresso, enquanto Ricardo está entre aqueles que não aceitam passivamente a mudança” (CARVALHO, 2002. p. 133).

Não obstante as intenções em retirar os feirantes, o filme expõe a ação do governo de promover o uso da feira como maravilha primitiva e exótica da cultura baiana para a divulgação turística como mostra o uso da “parte bela” da feira representada pelas barracas de cerâmica como pano de fundo para a pose de mulheres, representando a classe média baiana. No desenrolar da cena, entretanto, o dono da barraca é afrontado com a ordem para que saísse do seu ponto de venda para que a sessão de fotografia fosse realizada.

O movimento de resistência em mudar o lugar da feira e a ação contra grupos econômicos aparece na película pela luta dos feirantes contra os ditos “tubarões”, em faixas e cartazes na assembleia de feirantes que prometia lutar pela sua permanência. Isso reafirma a asserção de Carybé referente à invasão do território da feira pelos tanques de óleo do porto de Salvador, levando os feirantes a invadirem a rua.

“A feira guarda as pessoas que por ela anda”, assim, dizia um personagem no filme; e entre barracas de madeira, vendas de cestos de fibra, becos estreitos, afora a entrada central, a feira representava um risco em caso de incêndio. Esta era a intenção do personagem Chico Diabo, que tenta ao final do filme tocar fogo na feira com uma banana de dinamite entre os tanques de combustíveis.

Em distintos momentos, a arte inspira a vida ou a vida imita a arte. Não podendo fazer essa afirmação para o filme *A Grande Feira*, lançado em 1961, que revelava o momento de tensão social e denúncia das condições de vida da população, ocorreu, todavia, na tarde de sábado de 5 de setembro de 1964, um incêndio na feira que destruiu quase a totalidade das barracas. Os jornais da época²³ apontavam para o ato criminoso ocorrido na feira de Água de Meninos.

²³ O incêndio da feira de Água de Meninos foi pauta do jornal *A Tarde* de 08 de setembro de 1964.

O Estado brasileiro já estava submetido ao regime ditatorial civil-militar desde março de 1964. A feira Água de Meninos resiste até os dias atuais, como forma e conteúdo na paisagem urbana de Salvador, porém, com a denominação de feira de São Joaquim.